

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ (SC) CONTADA A PARTIR DE SEUS  
MONUMENTOS**

**VITOR AUGUSTO RAMOS**

Florianópolis

2023

VITOR AUGUSTO RAMOS

**A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ CONTADA A PARTIR DE SEUS  
MONUMENTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito  
parcial à obtenção do grau de  
bacharel e licenciado em História  
pela Universidade Federal de  
Santa Catarina. Orientador:  
Professor Elison Antonio Paim

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ramos, Vitor Augusto

A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ (SC) CONTADA A PARTIR  
DE SEUS MONUMENTOS / Vitor Augusto Ramos ; orientador,  
Elison Antonio Paim, 2023.

62 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,  
Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. História Local. 3. São José (SC). 4.  
Identidade. I. Paim, Elison Antonio. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ATA DE DEFESA DE TCC**

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às catorze horas por videoconferência reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor Elison Antonio Paim, Orientador e Presidente, pela Professora Janaina Amorim da Silva, Titular da Banca, e pelo Professor Pedro Mülbersted Pereira, Suplente, designados pela Portaria nº 32/2023/HST/CFH da Senhora Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Vitor Augusto Ramos**, subordinado ao título: **“A história do município de São José contada a partir de seus monumentos”**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Elison Antonio Paim a nota final ..7,0....., da Professora Janaina Amorim da Silva a nota final ...7,0..... e do Professor Pedro Mülbersted Pereira a nota final .7,0.....; sendo aprovado com a nota final ..7,0..... O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia dez de setembro de dois mil e vinte e três. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 05 de setembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Elison Antonio Paim

Prof.a Janaina Amorim da Silva

Prof. Pedro Mülbersted Pereira

Candidato Vitor Augusto Ramos



Documento assinado digitalmente

**ELISON ANTONIO PAIM**

Data: 05/09/2023 15:46:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente

**JANAINA AMORIM DA SILVA**

Data: 14/09/2023 14:39:15-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente

**PEDRO MULBERSTED PEREIRA**

Data: 13/09/2023 10:40:22-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente

**VITOR AUGUSTO RAMOS**

Data: 14/09/2023 20:58:43-0300

CPF: \*\*\*.753.799-\*\*

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Vitor Augusto Ramos, matrícula n.º 18200982, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **A história do município de São José contada a partir de seus monumentos**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 18 de Setembro de 2023.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ELISON ANTONIO PAIM  
Data: 18/09/2023 19:29:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Orientador(a)

## AGRADECIMENTOS

Não posso terminar a minha graduação sem agradecer a toda a equipe de professores do Departamento de História e a todos que fizeram parte da minha jornada. Aqui, eu gostaria de agradecer especialmente ao professor Elison Antonio Paim por ter aceitado me orientar nessa fase tão importante que é o final da graduação. As dicas e as obras indicadas por ele foram fundamentais para eu conseguir completar o meu trabalho de conclusão de curso.

Minha graduação começou em 2018, ou seja, foram mais de quatro anos na UFSC, e eu tenho uma forte impressão que o tempo passou rápido demais. Foram mais de quatro anos vivendo entre a universidade e o meu serviço, os quais fizeram parte da minha vida durante esse tempo todo. Eu fico muito contente em finalmente terminar toda essa trajetória, para assim, dar início a outra fase na minha vida.

Não posso deixar de agradecer a toda a minha família, que esteve comigo esse tempo todo. Minha mãe, meu pai, meus irmãos, todos, que sempre estiveram comigo e me apoiaram desde o início da minha caminhada. Conseguir me formar é um sonho que eu sempre carreguei, mas não só isso. Eu também vejo isso como uma forma de retribuir a minha família por tudo aquilo que fizeram por mim. Eu tive a oportunidade de iniciar e concluir os meus estudos na iniciativa privada, privilégio esse que muitos não podem ter. Levando em conta a disparidade entre o ensino público e o ensino privado no Brasil, ter a oportunidade de estudar na iniciativa privada desde o início foi com certeza um dos fatores que contribuíram para eu poder estar aqui onde eu estou hoje.

Agradeço ao Almir (minha dupla de estágio) por ter me ajudado tanto nesse final de curso. Foi muito difícil conciliar o estágio, o meu serviço, as leituras das disciplinas, e o Almir me ajudou muito nesse aspecto. A disciplina de estágio consumiu muito tempo e muita energia, e eu não conseguiria dar conta de tudo isso sem o Almir.

E por fim, eu também gostaria de agradecer a minha amada São José. Eu não tinha ideia a respeito do tema do meu TCC até o início deste ano (2023). Se alguém me dissesse que eu iria fazer um trabalho a respeito da cidade em questão - a mesma que sempre fez parte da minha vida desde a minha infância, eu não acreditaria. Enfim, esse trabalho também é um presente para cidade que eu sempre amei desde pequeno.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo contar a história do município de São José (SC) a partir de monumentos históricos. Os monumentos analisados são o Monumento aos Açorianos e o Trapiche, ambos presentes no Centro Histórico do município, o qual está localizado na Rua José Pioner. E, para isso, constitui-se como objetivo específico: a) problematizar os monumentos analisados, mostrando como eles trabalham a identidade e memória locais. As fontes usadas para realizar a pesquisa são fontes primárias (fotografias), coletadas pelo autor do trabalho. Os monumentos analisados por esta pesquisa já foram fotografados por outras pessoas e possuem uma quantidade expressiva de fotos disponíveis na internet, contudo, para a realização deste trabalho, julgou-se necessário tirar as fotos presencialmente, visto que a coleta pessoal das fotos tornou possível mostrar com mais nitidez os monumentos (especialmente o trapiche, o qual encontra-se em processo de degradação atualmente). Os resultados analisados foram: a) o Monumento aos Açorianos tem a intenção de reforçar aspectos específicos a respeito da história e cultura locais, ao representar os colonizadores com figuras humanas, remetendo à tradições locais, às quais são atribuída a identidade local; b) o Trapiche constrói uma narrativa linear sobre a história josefense, trazendo os principais acontecimentos ocorridos em São José, desde a sua criação até a década de 1970.

Palavras chaves: **São José; Identidades; História Local;**

## **ABSTRACT**

This work aims to tell the story of the city of São José (SC) from historical monuments. The analyzed monuments are the Monument to the Açorianos and the Trapiche, both present in the Historic Center of the municipality, which is located at Rua José Pioner. And, for this, the specific objectives were: a) to problematize the analyzed monuments, showing how they work the local identity and memory. The sources used to carry out the research are primary sources (photographs), collected by the author of the work. The monuments analyzed by this research have already been photographed by other people and have a significant amount of photos available on the internet, however, in order to carry out this work, it was deemed necessary to take the photos in person, since the personal collection of photos made it possible to show with more clarity the monuments (especially the warehouse, which is currently in the process of degradation). The analyzed results were: a) the Monument to the Açorianos intends to reinforce specific aspects regarding the local history and culture, by representing the colonizers with human figures, referring to local traditions, to which the local identity is attributed; b) Trapiche builds a linear narrative about Josephan history, bringing the main events that occurred in São José, from its creation to the 1970s.

**Keywords: São José; Memory; Local History;**

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Território de São José (SC) em 1872.....	p.17
Figura 2 - Território josefense nos dias de hoje.....	p.18
Figura 3 - Monumentos aos Açorianos.....	p.21
Figura 4 - Troncos familiares advindos dos Açores.....	p.22
Figura 5 - Clérigo católico.....	p.27
Figura 6 - Rendeira.....	p.29
Figura 7 - Oleiro.....	p.30
Figura 8 - Pescador.....	p. 32
Figura 9 - Trapiche antigo.....	p. 40
Figura 10 - Trapiche antigo na década de 1930.....	p. 41
Figura 11 - O Trapiche em 2020.....	p. 42
Figura 12 - Hans Staden.....	p. 43
Figura 13 - Jean-Baptiste Debret em São José (SC).....	p. 46
Figura 14 - Método indígena de produzir farinha de mandioca.....	p. 48
Figura 15 - Chegada dos alemães em 1828 e primeira indústria de louça de barro.....	p. 50
Figura 16 - Inauguração da Bica da Carioca e visita de D. Pedro II e Teresa Cristina.....	p. 51
Figura 17 - Irmandade Nossa Senhora do Rosário.....	p. 52
Figura 18 - Cacumbi.....	p. 53
Figura 19 - Guerra dos Farrapos.....	p. 54

## **LISTA DE ABREVIATURA**

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

NEA Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
1.1 A PESQUISA: DA ORIGEM AOS PROBLEMAS.....	09
1.2 FERRAMENTAS TEÓRICAS METODOLÓGICAS.....	11
<b>2 A HISTÓRIA DE SÃO JOSÉ.....</b>	<b>16</b>
2.1 A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO.....	16
<b>3 OS MONUMENTOS.....</b>	<b>20</b>
3.1 O MONUMENTO AOS AÇORIANOS.....	20
3.1.1 A imigração açoriana.....	22
3.1.2 As representações da história e cultura josefense.....	26
3.1.3 Diálogo com identidade e memória.....	33
3.2 O TRAPICHE.....	37
3.2.1 A história: do antigo ao novo trapiche.....	38
3.2.2 O novo trapiche: uma história contada através da arte.....	41
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>53</b>
<b>5 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>54</b>

**FONTES DOCUMENTAIS**

## INTRODUÇÃO

### 1.1 A PESQUISA: DA ORIGEM AOS PROBLEMAS

Meu interesse pela história de São José surgiu durante a minha infância. Nascido em Santo Amaro da Imperatriz, mas tendo passado a maior parte da minha vida em São José, eu sempre considerei esta última como a minha casa. Durante a minha infância, a qual se passou na década de 2000, os meus pais e meus avós tinham o hábito de levar os meus irmãos e eu para participar das festividades. É impossível não lembrar das inúmeras Festas do Divino Espírito Santo em que eu tive a oportunidade de não apenas presenciar, mas também, participar dos cortejos, e dos rituais religiosos. Este foi um período da minha vida em que as visitas ao Centro Fundacional faziam parte do roteiro de sábado e domingo. Neste tempo, eu morava com os meu pais em Palhoça, um município vizinho de São José (SC), no bairro da Ponte do Imaruim.

Quando pequeno, eu não tinha ideia alguma sobre quais os significados dos monumentos e de outras construções presentes no local. O único monumento que foge à regra era a igreja. A minha mãe tinha o costume de ir à missa aos domingos e ela fazia questão de frequentar a Igreja Matriz de São José, pois era ali que minha avó materna levava ela na década de 1970 quando ela era pequena. À época, ainda na década de 2000, mesmo sendo uma criança, eu sabia que a Igreja Matriz era um templo religioso destinado ao culto. Afinal, não era uma associação muito difícil de se fazer. Igreja, lugar de culto e religião.

Durante as visitas que fazíamos nos finais de semana, tinha um monumento que sempre me chamava atenção pela sua dimensão. O Monumento aos Açorianos, erguido no ano de 2000, destoava dentre os demais por causa de seu tamanho. Como eu não tinha conhecimento algum sobre o conteúdo do monumento, a minha atenção era limitada apenas à piscina presente no monumento, e à ave no alto do pilar. Apenas alguns anos após a construção do Monumento aos Açorianos, já era possível ver casas de joão-de-barro no local.

Foi somente a partir no início da década de 2010, quando estava entrando na adolescência, que eu comecei a prestar mais atenção aos detalhes do monumento. Não era um fato isolado. Em 2012, quando meu interesse pela história aumentou, principalmente por

causa das histórias que meu avô paterno contava sobre a infância dele e da minha primeira visita ao Museu Histórico de São José, que eu comecei a desenvolver um olhar mais aguçado em relação ao Monumento. Quem eram aqueles sujeitos representados na escultura? O que cada um deles significa? Eu sabia que cada indivíduo representado na escultura tinha um sentido, pois todos eles eram diferentes. O mais fácil de identificar era o padre. O crucifixo portado por ele facilitava a identificação, de fato. À essa altura, já aos 14 anos de idade, eu sabia que o monumento fazia uma ligação com a imigração açoriana.

Quando ingressei na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), eu já estava certo quanto ao tema do meu projeto de pesquisa. Eu queria trabalhar de alguma forma com a história de São José e com a imigração açoriana. O Monumento aos Açorianos sempre foi algo familiar para mim, e eu tinha o interesse de explorá-lo.

Durante a graduação, fui surpreendido ao cursar a disciplina *História de Santa Catarina*, ministrada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Scheibe Wolff, em 2019. Na disciplina, a professora, além de tratar sobre a colonização europeia no estado de Santa Catarina, também abordou a presença de povos indígenas e africanos no estado. Eu fiquei muito impressionado. Eu convivi e tive amigos afrodescendentes durante a minha infância, e também já tinha ouvido da minha avó materna histórias a respeito dos antepassados indígenas da família dela, mas eu não tinha ideia da dimensão da presença indígena e africana no estado.

Ainda em 2019, eu comprei o livro “São José da Terra Firme” (2007), escrito pelos historiadores Gilberto Gerlach e Osni Machado. O livro é uma referência a respeito da história local, e conta a história do município com maestria. Surpreendeu-me a presença de populações africanas em São José no século XVIII. O fato da presença africana ser mais antiga do que eu pensava me instigou a pesquisar mais sobre o tema, abrindo as portas para novas obras até então desconhecidas por mim.

Além de abordar a imigração açoriana e o Monumento aos Açorianos na minha pesquisa, eu também queria trazer os africanos e os indígenas para o trabalho. Dentre desse contexto, o Trapiche, o qual foi inaugurado em 2019, na orla de São José, tornou-se um objeto de estudo para mim. Eu estive no trapiche algumas semanas após a inauguração. Em 2019, eu não estava certo quanto ao monumento que eu escolheria para tratar sobre povos indígenas e africanos, já que o projeto de pesquisa era algo distante para mim. A escolha do Trapiche só aconteceu em 2022, quando iniciei o meu projeto de pesquisa.

Visitei o Trapiche inúmeras vezes durante a pesquisa, e tirei muitas fotos. Além da representação da presença açoriana, também notei a forma como os povos indígenas e africanos foram representados nas pinturas. Pouco espaço foi dedicado para ilustrar a presença desses povos bem como sua contribuição para a história josefense.

Ambos os monumentos (O Monumento aos Açorianos e o Trapiche) contam a história josefense. Contar a história de São José a partir dos monumentos escolhidos constitui o objetivo geral deste trabalho. O objetivo secundário é: problematizar os monumentos analisados, e analisar como eles se relacionam com a identidade e memórias locais.

O uso de fotografias foi importante pois permitiu o trabalho cumprir com a sua proposta. O Trapiche já faz quatro anos desde a sua inauguração, e muitas das pinturas encontram-se desbotadas, então as visitas e o uso de fotografias para mostrar as ilustrações de maneira mais clara foram muito importantes para o trabalho. O Monumento aos Açorianos, por se tratar de uma escultura, mesmo tendo mais de vinte anos, está relativamente preservado. Mesmo assim, julgou-se necessário tirar fotografias, já que o trabalho busca analisar cada elemento presente no monumento.

## 1.2 FERRAMENTAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Para efetuar o seu trabalho, o historiador precisa trabalhar com fontes históricas. Para Barros (2020, p. 5), por “fonte histórica” entende-se tudo aquilo que pode ser sido produzido pelo ser humano (material ou imaterial ) ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, ou seja, qualquer coisa que nos permita um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no tempo presente.

Barros (2012, p. 133) não privilegia um determinado tipo de fonte histórica em detrimento das outras. O autor cita importância das fontes tradicionais (documentos textuais, crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, obras de literatura, correspondências públicas e privadas) para o ofício do historiador, e também atribui valor e importância a outros tipos de fonte, os quais possuem possibilidade documentais, como por exemplo vestígios arqueológicos e outras fontes de cultura material (a arquitetura de um determinado lugar, igreja, ruas da cidade, monumentos, cerâmica). A historiografia evoluiu ao longo do tempo, e a definição e importância das fontes históricas também mudou.

Hoje, a definição de “fonte histórica” é muito mais abrangente, não se limitando apenas a considerar documentos oficiais e escritos como fontes históricas.

A partir dessas reflexões a respeito do conceito de “fonte histórica”, pode-se afirmar que os monumentos também são um tipo de fonte histórica. Mas afinal, o que é um monumento? “O sentido original do termo é do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz a lembrança de alguma coisa (CHOAY, 1994, p. 17-18)”. Logo, o monumento está fortemente relacionado com a questão da memória.

Françoise Choay, historiadora francesa, a qual possui um amplo número de obras publicadas sobre monumentos, patrimônio e afins, desenvolve o conceito de monumento. A autora chama atenção em relação ao próprio propósito dos monumentos, destacando a grande importância de sua natureza afetiva. Para Choay (1994, p. 18), o monumento não busca somente apresentar e passar uma informação neutra e imparcial, mas de tocar, uma memória viva. Por “monumento”, Choay entende tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer com que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.

Jacques Le Goff, historiador francês, o qual pertenceu à terceira geração da *Escola dos Annales*<sup>1</sup>, define como monumento tudo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos (LE GOFF, 1990, p. 535). Aqui, é importante destacar que, quando Le Goff fala de monumento, ele não está se referindo apenas às estruturas físicas construídas e deixadas pela humanidade, mas também, às fontes escritas. Para Le Goff (1992, p. 548), monumento é, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

Na sua obra “O Patrimônio em Questão: Antologia para o Combate”, Françoise Choay faz uma distinção entre “monumento” e “monumentos histórico”. O monumento histórico é caracterizado pela ausência de intencionalidade, ou seja, não é um artefato intencional, segundo Choay (2012, p. 12). Ele não é criado por grupos humanos para fins de memória. Além disso, o monumento histórico é escolhido pelo seu valor para a história, e tem um valor

---

<sup>1</sup> A Escola dos Annales foi uma corrente historiográfica francesa fundada em 1930 pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre. Dentre suas contribuições para a História, ela introduziu a interdisciplinaridade entre a História e outras ciências, atribuiu valor às fontes não documentais que até então tinham primazia sobre as outras, e também buscou romper com a visão política e institucional que até então dominava a História.

abstrato de saber e se constitui como uma construção intelectual. Já os monumentos, Choay (2012, p. 11) os define como todos artefatos, enfim, todo o patrimônio erguido pelos humanos com fins de preservar a memória de alguma coisa, logo, há uma intencionalidade por trás.

Pollak (1992), ao tratar sobre os elementos que constituem a memória, traz os lugares de comemoração e os monumentos como destaques. Quando pensamos, por exemplo, no monumento erguido em 2002 pela prefeitura de São José em homenagem aos imigrantes açorianos, pode-se trabalhar com essa linha de análise que Pollak usa.

O autor logo em seguida (1992, p. 204) trata sobre a identidade e como ela é construída. Ele se mune de conhecimentos da psicologia social e da psicanálise, e afirma que o processo de construção de identidade do ser humano é um processo que acontece (se produz) em referências aos outros, e por outros, aqui, entende ao mesmo tempo pessoas e coisas que orbitam o mundo do ser humano - cultura, sociabilidade, etc.

Schmidt e Mahfoud (1993), analisam a obra de Maurice Halbwachs, e chama atenção em relação à importância de grupos de referência, e afirmam que a memória é construída em grupo, e também, pelo próprio sujeito (SCHMIDT & MAHFOUD, 1993, p. 288). Segundo Halbwachs, a respeito da sua definição de grupos de referência, o grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e confundiu seu passado.

O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, ou mesmo fundamentalmente, pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo. A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso ( HALBSWACH, apud MAHFOUD & SCHMIDT, 1993, p. 288).

Com essas noções em mente, o historiador precisa ter cuidado ao trabalhar com monumentos. O monumento tem poder no processo de construção da memória. Ele invoca um passado, uma temporalidade diferente, e faz com que ela seja algo presente. Mas esse passado invocado, assim como afirma Choay (1994, p. 18), é selecionado, ou seja, não é um passado qualquer. Le Goff (1990) também vai na mesma direção, e defende que esse passado representado pelos monumentos é um passado determinado e escolhido pelos grupos humanos que os constroem, ou seja, há uma intenção por trás. Ou seja, trata-se de um passado, uma

temporalidade selecionada e localizada para fins vitais, com o intuito de manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica, religiosa, tribal, etc. O monumento também constitui uma garantia das origens e dissipa as angústias causadas pelo distanciamento das origens, e tenta apaziguar a perda e morte culturais.

Para tratar sobre a história de São José (SC), o trabalho utilizou uma obra como referência para abordar a história do município. A obra "São José da Terra Firme" (2007), escrita por Osni Machado e Gilberto Gerlach, foi utilizada como a principal fonte para falar sobre a história josefense. Osni Machado é nativo de São José (SC), tendo nascido em 1941 no bairro de Potecas. Também é autor do livro "Dicionário Político Josefense", no qual conta a história de todos os prefeitos e vereadores que passaram pela história de São José. Em "São José da Terra Firme" (2007) Osni Machado trabalhou em parceria com Gilberto Gerlach, historiador, cinéfilo e engenheiro civil, que muito contribuiu para a preservação e desenvolvimento do patrimônio histórico de São José (SC).

Outras obras que também contribuíram bastante para o trabalho foram a dissertação "Centro Histórico de São José (SC): Patrimônio e Memória Urbana" de Tatiana Cristina da Silva, e "O atlântico açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais de açorianidade", de Eugenio Pascele Lacerda. Lacerda traz um debate importante sobre a questão da açorianidade, o qual foi relacionado com a forma como os açorianos foram retratados no Monumento aos Açorianos. O trabalho de Tatiana Cristina da Silva traz um debate, não apenas a respeito da história do município, mas também sobre o Centro Fundacional josefense como um espaço que dialoga com a identidade local.

Todas estas questões abordadas acima foram levadas em conta para a construção da pesquisa. Logo, o presente trabalho não busca fazer uma descrição dos monumentos, sobre o conteúdo presente contido neles. A análise buscou atingir as entranhas dos monumentos, buscando narrativas, mentalidades, e questionar e problematizar as escolhas feitas pelos seus autores.

No primeiro capítulo, buscou-se contar a história de São José (SC). Para um entendimento a respeito de sua história, faz-se necessário trazer as diferentes populações que formaram a cidade, e explicar a sua história. É importante lembrar que, quase trezentos anos depois de sua fundação, a cidade mudou muito. Seus limites não são iguais àqueles do século XVIII durante a sua fundação, bem como o perfil da população, o qual se modificou ao longo

do tempo. Por isso, faz-se necessário trazer dados mais recentes para ilustrar como São José (SC) se caracteriza hoje.

A segunda parte está voltada para a análise dos monumentos a partir das definições e ideias desenvolvidas pelos autores mencionados na introdução, e também com base na história do próprio município. O Monumento aos açorianos foi usado para fazer um diálogo com a história e identidade do município, e o Trapiche para contar a história josefense, com enfoque no século XIX. A análise dos monumentos contou com a utilização de fotografias tiradas pessoalmente, para assim, mostrar com mais precisão as características dos monumentos analisados. O uso de fontes primárias (fotografias) não era exatamente necessário para o trabalho, contudo, dado o atual estado dos monumentos (especialmente o Trapiche), foi feito o uso de fotografias, com o objetivo de poder mostrar as ilustrações contidas no monumento da maneira mais nítida.

Na terceira e última parte do trabalho foram discutidos os resultados da pesquisa, e também foi feita uma discussão sobre os resultados obtidos. Além disso, também foram apresentadas algumas limitações da pesquisa, relacionando os monumentos escolhidos com os outros presentes no Centro Histórico de São José (SC).

## **2. O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**

### **2.1 HISTÓRIA DO MUNICÍPIO**

A fundação de São José (SC) aconteceu no ano de 1750, com a chegada de 182 casais oriundos dos Açores, totalizando 1555 pessoas e 204 menores (GERLACH & MACHADO, 2007, p. 16). Desde o início, a população recém chegada desenvolveu uma produção baseada na pequena produção e, garantia o sustento das famílias e ainda um excedente exportável. As atividades manufatureiras, de extrema importância para a relação de consumo entre cidade e campo, complementam as agrícolas, mas não chegariam a expandir (SILVA, 2006, p. 34).

São José (SC) foi elevada à categoria de vila em 1756 (GERLACH & MACHADO, 2007, p. 16). Um dos primeiros acontecimentos que marcou o município foi a invasão espanhola, em 1777. Uma esquadra espanhola, sob comando de D. Pedro de Caballos, invadiu

e conquistou a ilha de Santa Catarina. A notícia chegou até a população josefense, e causou pânico entre as pessoas, fazendo com que muitos fugissem em direção aos sertões.

Em 1797 é realizado o primeiro censo e, de acordo com os dados levantados, havia 2079 habitantes vivendo em São José (SC) (GERLACH & MACHADO, 2007). A maior parte da população era composta por brancos de origem açoriana, mas também existia uma considerável população de afrodescendentes, seja na condição de escravizados ou libertos. É importante salientar que a população indígena não estava contida no censo.

Logo no início, foram feitas várias tentativas pelas autoridades locais e reais para tentar colonizar o sertão e conectar São José (SC) com a região do planalto serrano, principalmente a cidade de Lages. A primeira tentativa foi feita em 1787, a mando de Luiz de Vasconcellos e Souza. O dever havia sido relegado ao Alferes de São José (SC), Antônio José da Costa. Ao Alferes, foi atribuída a missão de abrir um caminho até Lages, e fazer um levantamento sobre o relevo local, bem como um estudo sobre a fauna e as populações indígenas.

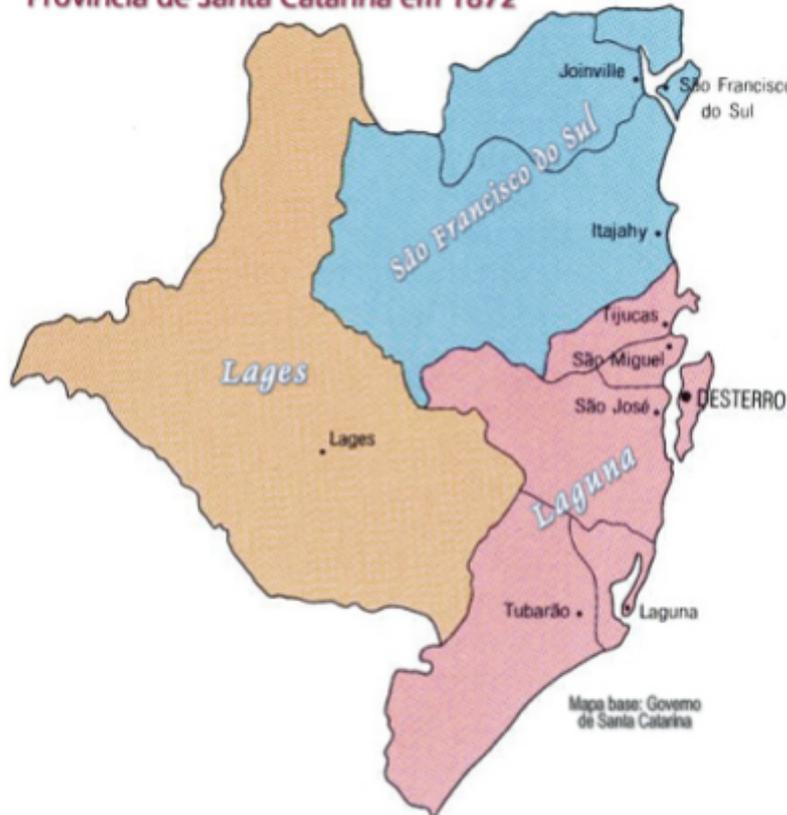
A missão foi bem sucedida, e a coroa portuguesa começou a considerar povoar o território mapeado. No entanto, como observam Gerlach e Machado (2007), as tentativas de povoamento não tiveram êxito, pois não houve muito interesse por parte dos açorianos e de suas famílias para deixar as terras mais próximas da costa. Gerlach e Machado (2007) destacam a familiaridade dos açorianos para com o mar, familiaridade essa que os acompanhou desde os Açores até São José. Os autores também chamam atenção em relação à pesca, e a importância que ela tinha para a sobrevivência das famílias. Com o hipotético abandono do litoral em direção aos sertões, os açorianos poderiam perder uma fonte de alimento tão importante, e que eles já estavam habituados à pesca e atividades marítimas.

A figura 1 mostra a extensão do território de São José (SC) em 1872. O território josefense englobava terras que hoje compõem os municípios de Palhoça, Alfredo Wagner, Angelina, São Pedro de Alcântara, São Bonifácio, Garopaba, Águas Mornas, Antônio Carlos, Paulos Lopes, Bom Retiro, Alfredo Wagner, Urubici, e fazia fronteira por terra com Lages, Laguna e São Miguel (hoje Biguaçu). Ao todo, São José possuía uma área de 10 mil km<sup>2</sup>, umas das maiores cidades catarinenses<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/santa-catarina/historia/seculo-19.htm>

**Figura 1 - Território de São José (SC) em 1872**  
**Província de Santa Catarina em 1872**



Fonte: brasil-turismo.com

Hoje, de acordo com os dados do IBGE (2022), o município possui uma população de aproximadamente *270 mil habitantes*<sup>3</sup>. Outros dados, como por exemplo, o índice de escolarização e o índice de desenvolvimento humano ainda precisam ser atualizados, logo, encontram-se desatualizados.

Tatiana Silva (2006, p. 55) aponta que a partir da década 1960 o município começou a mudar muito, principalmente por causa da criação da Universidade de Santa Catarina (UFSC), e a expansão da BR-101 para ligar as fronteiras do município com outras localidades. É também nesta década que surgem empresas locais importantes que até os dias de hoje possuem muita importância para a região, principalmente a Cassol e as Casas da Água. Tatiana Silva (2006, p. 16-17) diz que desde a década de 1990 o município começou a desempenhar um papel de destaque na Grande Florianópolis.

<sup>3</sup> <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/sao-jose.html>

Após o fim da ditadura militar, na década de 1980, ocorreram importantes migrações para a cidade, sobretudo de catarinenses oriundos das regiões oeste e serrana do estado, bem como de nordestinos, gaúchos e paranaenses (SILVA, 2006, p. 78). Em relação ao plano diretor da cidade, feito em 1985, Tatiana Silva (2006, p. 79) argumenta que um dos principais objetivos do plano diretor era estruturar de forma integrada o espaço urbano continental, considerando como um conjunto único a Área Conurbada formado pelos Municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu.

**Figura 2 - Território josefense nos dias de hoje**



Fonte: SantaCatarina MesoMicroMunicip.svg, 2006.

Após o fim da ditadura militar, na década de 1980, ocorreram importantes migrações para a cidade, sobretudo de catarinenses oriundos das regiões oeste e serrana do estado, bem como de nordestinos, gaúchos e paranaenses (SILVA, 2006, p. 78). Em relação ao plano diretor da cidade, feito em 1985, Tatiana Silva (2006, p. 79) argumenta que um dos principais objetivos do plano diretor era estruturar de forma integrada o espaço urbano continental, considerando como um conjunto único a Área Conurbada formado pelos Municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu.

O Centro Fundacional da cidade, era considerado o centro econômico e social da cidade, após o crescimento dos bairros adjacentes (Kobrasol, Campinas e Barreiros), perdeu a sua importância econômica com o passar do tempo. As indústrias, o comércio e os serviços

terceirizados migraram para outras partes da cidade, relegando ao Centro Fundacional um caráter identitário e antigo em relação aos novos espaços. A população de São José (SC) hoje possui caráter eminentemente urbano, constituindo mais de 90% da população do município. O número de habitantes urbanos começou a superar o número de moradores rurais durante o período da ditadura (1964-1985). Já depois da ditadura, fato que contribuiu para a queda do número de habitantes das zonas rurais foi o desmembramento do município de São Pedro de Alcântara em 1995, o qual abrigava a maior parte da população dita “rural” de São José”.

Essa não foi a primeira vez que São José sofreu uma perda territorial. Em 1894, a antiga Freguesia de São Bom Jesus de Nazareth - hoje município de Palhoça - havia sido desmembrada de São José (GERLACH & MACHADO, 2007, p. 93). Tal fato se deu devido à participação de algumas lideranças da cidade em favor da Revolta da Armada, em 1893. Em relação ao número de habitantes, São José não perdeu muita gente, já que a maior parte dos habitantes morava onde hoje se encontra o Centro Histórico da cidade e arredores. No entanto, em relação à área, São José perdeu mais da metade de sua área.

Durante uma boa parte do século XX, São José ficou conhecido como uma “cidade dormitório”. Tal epíteto foi obtido devido ao fato de muitos de seus habitantes trabalharem em Florianópolis e residirem em São José. A construção da Ponte Hercílio Luz e mais tarde a anexação dos bairros do Estreito e Capoeiras ao município de Florianópolis, afetaram seriamente a economia joesense, que, assim como a região, passava por um momento de estagnação entre as décadas de 1930 a 1950, caracterizadas por um baixo crescimento populacional e econômico. Durante esse período, a cidade passou a viver basicamente de sua proximidade com a capital<sup>4</sup>.

Brandt (2014, p. 10) contextualiza as mudanças sofridas pela cidade com o cenário nacional, e nota que a partir de finais da década de 1950, ganhou força um processo ligado ao contexto de transformações capitalistas em curso nos espaços rurais brasileiros visando à transformação da agricultura tradicional, modificando as técnicas de trabalho e a produção do produtor rural. O setor agrícola respondia por 73,4% da força de trabalho empregada na economia estadual, gerando 48,1% da renda do Estado nesta mesma década. São José, segundo Brandt (2014, p. 10), na época, possuía, mais de 80% da população vivendo na área rural na sede e seus distritos, essa presença é percebida não apenas pela proximidade com a capital, mas também pela implantação e atuação de instituições ligadas a esse novo contexto,

---

<sup>4</sup> BRANDT, Marlon. **Agricultura e urbanização na paisagem do município de São José-SC (Séculos XVIII A XX)**. Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.23, p.7-20, 2014.

como uma instituição ligada ao Ministério da Agricultura, e um Campo de Demonstração voltado à produção pecuária selecionada<sup>5</sup>.

Essa dinâmica perpetua-se até os tempos contemporâneos, mas de forma menos acentuada. Com o crescimento do município, com a verticalização urbana latente, São José foi adquirindo uma certa independência de Florianópolis, principalmente no que diz respeito à questão de serviços. Aqui, destacam-se bairros como Campinas, Barreiros e Forquilha. Fato muito importante foi a drenagem e a criação da beira-mar de São José no início dos anos 2000, sob o governo do então prefeito Dário Berger.

Hoje, um fenômeno muito interessante pode ser visto pela população. Algumas pessoas que moram em Florianópolis trabalham em São José - tendência essa que está aumentando recentemente. Um fator que contribui para isso é a certa ausência de indústrias em Florianópolis, o que faz com que os profissionais dessas áreas venham morar mais perto de São José para poder trabalhar.

### **3. OS MONUMENTOS**

#### **3.1. MONUMENTO AOS AÇORIANOS**

O Monumento aos Açorianos foi erguido em 2000, ano em que São José comemorou o seu aniversário de 250 anos. A data era muito simbólica, pois não representava apenas o aniversário de 250 anos de São José (SC), mas também, os 500 anos da chegada dos portugueses no Brasil. Ele está localizado na praça Praça Arnaldo de Souza, no Centro Histórico de São José (SC). O monumento é composto por nove esculturas, fazendo um paralelo com o número de ilhas que o arquipélago dos Açores possui. Todas as figuras humanas estão em pé em cima de uma estrutura que aparenta ser um barco, o qual se apoia sobre uma piscina que representa o Oceano Atlântico.

Mylene Pontes (2018, p. 40) faz uma observação ao notar que o local escolhido para a construção não foi feito de maneira desproposital. O fato de que o monumento encontra-se à frente da Câmara dos Vereadores é importante, pois, quando comparado com os outros

---

<sup>5</sup> BRANDT, Marlon. **Agricultura e urbanização na paisagem do município de São José-SC (Séculos XVIII A XX)**. Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.23, p.7-20, 2014.

monumentos presentes no local, é possível perceber que esse ocupa o local de maior destaque, não somente devido ao fato de sua centralidade, mas também, pelas suas proporções.

**Figura 2 - Monumento aos açorianos**



Fonte: Autoria própria

### 3.1.1 A imigração

Na parte de trás do monumento (Figura 3), há uma placa contendo informações a respeito da imigração açoriana. A placa também contém o nome de todos os envolvidos no projeto. Vale destacar a participação das autoridades do município, e também o apoio de Wilson Francisco Farias. Wilson Francisco Farias é um historiador catarinense formado pela Universidade Federal de Santa Catarina, e também uma referência no que diz respeito à imigração açoriana em Santa Catarina e à história josefense.

Figura 3 - Troncos familiares advindos dos Açores



Fonte: Autoria própria

A escolha da expressão “182 casais” está de acordo com o caráter da imigração. A intenção da coroa portuguesa em usar casais jovens para povoar as terras do Brasil Meridional está ligada com o desejo de aumentar a população. Torres (2004, p. 180) aponta que um dos critérios básicos para a seleção de imigrantes era a idade: para os homens, o limite era de 40 anos; para as mulheres, 30 anos era a idade máxima. Mulheres com idade superior a 12 anos e inferior de 20 anos, casadas ou solteiras, recebiam ajuda financeira do governo. Para cada filho, os casais recebiam a quantia de 100 réis. Ou seja, a coroa portuguesa adotou medidas pró-natalistas para fomentar a imigração e aumentar a população.

Para entender a história da imigração açoriana, é importante saber o contexto no qual se desenrolou os embates entre portugueses e espanhóis na região meridional brasileira. Logo, para entender a história de São José, é preciso contextualizá-la dentro de um contexto maior, o qual vai além das fronteiras do próprio município.

Os portugueses e espanhóis dividiram entre si as terras hoje pertencentes ao continente americano através do Tratado de Tordesilhas (1494). De acordo com o tratado, todas as terras localizadas após as 380 léguas a oeste do Cabo Verde pertenceriam com a Espanha, e as terras do outro lado da linha traçada ficariam para a coroa portuguesa. Contudo, os limites traçados não estavam totalmente claros, devido a falta de conhecimento sobre os territórios divididos.

Desde o século XVI, a ilha de Santa Catarina já desempenhava um papel estratégico importante na região.

Situada a meio caminho entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata, a Ilha de Santa Catarina foi parada obrigatória de viajantes europeus a partir do século XVI. A grande maioria das embarcações europeias, além de explorar a Ilha, buscava um porto privilegiado para se refazer de aprovisionamentos, água, víveres e alimentos frescos. A atracagem favorecia as viagens de ida e volta à embocadura do Rio da Prata, destino de grande parte das embarcações europeias no extremo sul da América (MENDES, 2018, p. 201)

O século XVII foi de grande importância para compreendermos os conflitos que viriam nos anos seguintes. Durante a União Ibérica (1580-1640), houve um grande fluxo de populações nas fronteiras ibéricas na América do Sul. Aqui, há um grande destaque para o papel dos bandeirantes. Muitos bandeirantes partiram da capitania de São Vicente (hoje estado de São Paulo) e rumaram mais ao sul - infringindo assim os limites traçados pelo Tratado de Tordesilhas - para aprisionar indígenas e desbravar mais territórios. No litoral catarinense, foram fundados pelos bandeirantes vicentistas e dos descendentes deles Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul (1658), Nossa Senhora do Desterro (1673), e Santo Antônio dos Anjos da Laguna (1676). Ainda no século XVII, no ano de 1680, é fundada a colônia do Sacramento, às margens direitas do Rio da Prata.

Havia um problema muito grande que incomodava os portugueses: como manter o domínio sobre os territórios meridionais? Para isso, era necessário capital, pessoas, comida, casas, igrejas.

[...] a enorme descontinuidade geográfica que existia entre a dita colônia e as regiões colonizadas do Brasil. Mais concretamente, o vasto território situado ao sul do Rio de Janeiro, que incluía as regiões de Sta. Catarina e do Rio Grande de São Pedro, também se encontravam praticamente por povoar. Urgia fazer algo no sentido de superar aquela situação (AS FREGUESIAS LUSO-BRASILEIRAS NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS., p. 21).

É nesse contexto que José da Silva Paes é nomeado o governador geral da capitania de Santa Catarina, em 1739. Um ano antes (1738), Santa Catarina passou a fazer parte da capitania do Rio de Janeiro. Para consolidar a presença portuguesa na região, Silva Paes implementou um projeto para fortificar a ilha, através da construção de *fortalezas*<sup>6</sup>. O outro objetivo de José da Silva Paes era ocupar o litoral com portugueses, o qual contava com uma população ínfima na época.

Em uma carta à corte lisboeta, em 1742, Silva Paes pede à coroa portuguesa pessoas para povoar a ilha (BINKOVA & KRONKA, 2008, p. 26). A carta diz:

---

<sup>6</sup> As fortalezas foram construídas com o intuito de defender os territórios portugueses de ataques de outras nações, principalmente a Espanha. Hoje, elas são um dos principais pontos turísticos presentes no litoral catarinense, representando não só a história local, mas também, um atrativo turístico.

Pela mesma se me dis, se manda toda a Artilharia e ballas que podem ser necessarias para estas Fortalezas porem eu me não posso escuzar de representar a V. Magestade que todas estas prevenções, e obras, sem gente que as guarnessa, são corpos sem alma e para todos ha de ser preciso criarce hum Regimento, pois de outra sorte, e com menos nunca serão bem acestidas/como frequentemente se achão/ dando occazião a necessitarce deste corpo, a abertura deste Porto e a precizão de tantas Fortalezas não podendo os Terços da Cappitania do Rio de Janeiro, guarnecer com destacamentos estes Prezidios, pois aquelles corpos todos são necessarios para aquella Cappital pella sua cituação e guarniçõens.

Nota-se que, através da leitura da carta, Silva Paes sabia que as fortalezas de nada serviriam sem pessoas para defendê-las - “são corpos sem alma” - , de acordo ele. Levando em conta a situação em que passava o arquipélago açoriano, os ilhéus poderiam ser transportados para Santa Catarina, e assim, resolvendo dois problemas ao mesmo tempo: ocupar com portugueses o litoral catarinense para consolidar o *utis possidetis* e desafogar um pouco a população açoriana. Binkova e Kronka (2008) argumentam que muitos açorianos mandavam cartas às autoridades locais e à coroa para que eles pudessem deixar as ilhas, isso 20 anos antes da imigração para Santa Catarina. Em 1746, o conselho ultramarino escreve ao Rei:

Agora se oferece expor de mais á Real consideração de V. Magestade que além das sobreditas vantagens acrese a necessidade de garnecer de defensores os confins daqueles vastos dominios pelas muitas partes onde o tempo já tem manifestado a comunicação e vizinhança dos castelhanos, as quais se achão quaze todas de nossas bandas desguarnecidas de habitadores, e expostas a qualquer invazão que nos tempos futuros se lhe pretenda fazer nelas; e já que a Divina providência oferece hua conjuntura em que com grande quietação, e sem ciume dos nossos vizihos se possa fazer o transporte com situação dos Colonos nas terras dos confins, parece que será muito conviniente aproveitar dela, mandando os ditos cazaes e estabelecerse nos da Prata por onde navegamos livremente indo para o Cuiabá, no Rio Grande e Campos de Vacaria, nos da Curitiba, e em todo districto do Rio de S. Pedro e Lagoa Mirim, donde poderão passar á Colonia quando estiverem alhanadas as dificuldades que prezentemente o embarcarão

De acordo com Binkova & Kronka “Esta carta é testemunha que os principais objetivos do reino português não eram os de aliviar os açorianos, mas usar eles, somente como se estes fossem soldados, na sua estratégia de expansão na América do Sul.” (2008, p. 28). Em 1750, quando os representantes da coroa portuguesa - representados por Alexandre de Gusmão - negociaram com os espanhóis, as fronteiras da colônia mudaram, assim,

anulando o antigo *Tratado de Tordesilhas*<sup>7</sup>. Alexandre Gusmão usou o conceito do *uti possidetis*<sup>8</sup>, e conseguiu expandir as fronteiras da América Portuguesa, similar às atuais fronteiras do Brasil.

Com a presença dos açorianos, não só no litoral catarinense, mas também na capitania do Rio Grande de São Pedro, Alexandre de Gusmão e sua equipe conseguiram manter a ilha de Santa Catarina e os Sete Povos das Missões sob domínio português, mas abriram mão da colônia do Sacramento, na outra margem do Rio da Prata. Mais tarde, a ilha de Santa Catarina - mais uma vez - foi pela Espanha, mas, em 1775, através do *Tratado de Santo Ildefonso*<sup>9</sup> Portugal retoma o controle da ilha, mas perde os Sete Povos das Missões para a Espanha.

Havia outros motivos também, além daqueles de cunho geopolítico. Conforme abordado por Mattos e Silva (2012), “A situação geológica instável do arquipélago, com ocorrência de atividade vulcânica e frequentes abalos sísmicos, pode ser tida como motivadora.” (MATTOS & SILVA, 2012, p. 46). A posição geográfica e o relevo de algumas tornava a situação muito perigosa para muitos ilhéus; por isso, muitos escolheram deixar as ilhas.

Na primeira metade do século XVI, mais de duzentos anos após a chegada dos primeiros portugueses nos Açores, o arquipélago teve que enfrentar desastres naturais de dimensões assombrosas. Em 1522, na Ilha de São Miguel, houve um terremoto que acabou matando 4 mil pessoas entre os dias 21 e 22 de outubro. Só para viés de comparação, calcula-se que havia 20.000 pessoas vivendo na Ilha de São Miguel nesse momento. Ou seja, é muito provável que morreu aproximadamente 20% da população da Ilha de São Miguel.

Outro fator a ser levado em conta era a vida difícil nos Açores e a dificuldade em relação ao acesso à terra, o qual era muito difícil nos Açores. O estudo levado a cabo “As Freguesias Luso-Brasileiras na Região da Grande Florianópolis” argumenta que, nos Açores, com o passar do tempo, e com o crescimento da população açoriana, “a terra se torna cada

---

<sup>7</sup> O Tratado de Tordesilhas foi um documento assinado em junho de 1494, na vila espanhola de Tordesilhas. Os protagonistas foram Portugal e Espanha, que delimitaram, através de uma linha imaginária, as posses portuguesa e espanhola no território da América do Sul, chamado de “Novo Continente”.

<sup>8</sup> *Uti possidetis* ou *uti possidetis iuris* é um princípio de direito internacional segundo o qual os que de facto ocupam um território possuem direito sobre este.

<sup>9</sup> O Tratado de Santo Ildefonso (1777) devolveu a Portugal a ilha de Santa Catarina, ficando com a Espanha a Colônia de Sacramento e a região dos Sete Povos.

vez mais escassa". A ação de alguns capitães donatários, que privilegiavam alguns moradores em detrimento de outros, também contribuiu com as grandes diferenças entre os proprietários de terras e os colonos.

Todas essas dificuldades citadas (questão de terra, problema geográficos) já eram de conhecimento da população e das autoridades portuguesas. Durante o processo de povoamento das ilhas açorianas, houve uma dificuldade muito grande em atrair pessoas dispostas a povoar. Nas palavras de Luis Mendonça, “[...] além das condições ambientais algo adversas, ditadas por um relevo montanhoso, por uma paisagem agreste e pela frequência das crises vulcânicas, não se perspectivavam lucros fáceis para quem explorasse as ilhas”. (As Freguesias Luso-Brasileiras na Região da Grande Florianópolis, p. 25).

### **3.1.2 As representações da história e cultura josefense**

O monumento aos açorianos é composto por nove esculturas humanas, e cada uma delas representa um aspecto da história e cultura locais. Analisando o monumento, é possível identificar o padre, o oleiro, o agricultor, a bruxa, o desbravador, o pescador, a rendeira, uma mãe e uma criança. É interessante notar como o monumento trabalha a imigração açoriana, ao associá-la a certos aspectos específicos. Aqui, este trabalho usará as esculturas representando o oleiro, o padre, o pescador e a rendeira.

**Figura 8 - Clérigo com crucifixo**



Fonte: Autoria própria

O caráter católico da imigração açoriana é evidenciado pela presença de uma pessoa (aparentemente um clérigo) segurando um crucifixo. São José (SC), assim como muitas cidades brasileiras, possui uma igreja presente no seu centro fundacional, remetendo ao passado colonial português. O catolicismo praticado em São José possui muitas semelhanças com os seus primos açorianos, tendo na Festa do Divino Espírito Santo um dos seus maiores símbolos.

Em São José, a primeira Festa do Divino a ser registrada foi no ano de 1851. Desde então, todos os anos, a festa é celebrada (geralmente no mês maio). Nas semanas anteriores à festa, a prefeitura enfeita as ruas com flâmulas e bandeiras, para anunciar as festas. Hoje, a festa acontece não somente em São José (SC), mas também, por toda a Grande Florianópolis. A Festa do Divino Espírito Santo<sup>10</sup> foi introduzida nos Açores pelos colonizadores portugueses que chegaram no século XV.

---

<sup>10</sup> A Festa do Divino é celebrada desde a antiguidade e representa a descida do Espírito Santo à Terra e sua aparição perante os apóstolos e a Nossa Senhora. Essa passagem é referida no Novo Testamento, no livro de Atos dos Apóstolos. No texto, a entidade teria se manifestado na forma de línguas de fogo. A festa é comemorada tradicionalmente cinquenta dias após a Páscoa, no dia de Pentecostes, o qual representa a ressurreição de Jesus Cristo.

A disseminação da festa em Portugal está ligada a uma promessa feita pela rainha Isabel de Aragão ao espírito santo para que uma guerra entre o seu pai e filho não se concretizasse (LUPI, 2003, p. 17, apud BRUGGEMANN, 2019, p.21). A promessa falava que, caso a paz reinasse, a rainha faria uma festa em honra ao Espírito Santo e promoveria a caridade, sendo celebrada pela primeira vez em 1296, em Alenquer (BRUGGEMANN, 2019, p. 21), cidade natal de Isabel, onde aconteceu a primeira Festa do Divino Espírito Santo que se tem registro.

A festa era comemorada em Portugal há muito tempo, porém, nos Açores ela veio a se tornar muito importante e adquirir uma projeção muito maior, principalmente para construção da identidade local. Apenas algumas décadas após a colonização portuguesa no arquipélago açoriano, os primeiros relatos da festa em solo açoriana foram coletados (ANGELO, 2018, p. 369).

A celebração consiste no ensinamento trinitário da teologia cristã, de três pessoas serem uma: Pai – Filho – Espírito Santo. Sob a dualidade de que o Pai enviou o Filho ao mundo, o Espírito Santo procede da união de ambos, como acontece no batismo de Cristo no Rio Jordão no evangelho de Mateus, sendo assim a mútua procedência das três pessoas que se fazem uma. As passagens bíblicas como Atos dos Apóstolos e os evangelhos fundamentam as explicações sobre os festejos (BRUGGEMANN, 2019, p. 21).

A Festa do Divino Espírito Santo é considerada patrimônio imaterial joesense, de acordo com a Lei 5.314/2013, de 30 de julho de 2013, sendo o primeiro patrimônio imaterial a ser registrado. O decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, o qual define o conceito de patrimônio imaterial, diz que por patrimônio imaterial entende-se todos os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

A renda de bilro também é um dos marcos do legado açoriano. A tradição ultrapassa as fronteiras de São José, e pode ser encontrada em toda a Grande Florianópolis, tendo até mesmo uma data comemorativa em Florianópolis - dia 21 de outubro. A renda de bilros constitui-se como uma das expressões femininas da cultura material que, entre rupturas e continuidades manteve-se viva na Ilha (ANGELO, 2013, p. 16).

**Figura 9 - Rendeira**



Fonte: Autoria própria

As rendas de bilros tradicionais portuguesas constituem a indústria caseira das mulheres das classes pobres, geralmente da orla marítima. Em todas as povoações de pescadores fabricam-se rendas de onde o aforismo: “onde há redes, há rendas”. Essa arte é transmitida de geração em geração, entre as mulheres das classes pobres, embora tenha havido frases em que as moças da alta sociedade aprenderam a fazer rendas de bilros nos conventos<sup>11</sup>.

O trabalho com a renda era necessário a essas mulheres não só como complemento para a arrecadação de dinheiro para manutenção da casa, mas muitas das vezes como fonte principal de obtenção de renda para o sustento da família. Muitas dessas mulheres eram esposas de pescadores, que passavam longas temporadas em alto mar, acabando por deixar o sustento e a chefia da família nas mãos e nos bilros dessas mulheres. Assim, com o passar do tempo, a renda passou a ser uma das principais fontes econômicas das famílias dos que viviam na ilha, juntamente com o sustento vindo da pesca e da agricultura, com plantação de mandioca e produção de farinha, predominantemente, entre outros produtos<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> RAMOS, Arthur. RAMOS, Luiza. **A Renda de Bilros e sua aculturação no Brasil**. Rio de Janeiro: Publicações de Etnografia e Etnologia, 1948, p.31.

<sup>12</sup> BERGAMIN, C. **A importância da renda de bilro na economia familiar em Florianópolis a partir de 1900 e a sua continuidade no tempo presente**. Revista Santa Catarina em História, v. 7, p. 14-23, 2013.

**Figura 10 - Oleiro**

Fonte: Autoria própria

O Monumento aos açorianos faz referência ao ofício dos oleiros, uma tradição associada aos açorianos. Hoje, a tradição da olaria está ameaçada de extinção. Desde os anos 50, com o advento de bens de plástico, aço, vidro, alumínio, todos, fabricados numa escala muito maior, a produção local de olaria tem perdido espaço. Trata-se de uma atividade que está cada vez mais distante para os habitantes de São José (SC). No entanto, ela ainda possui poder ao demarcar identidades e dialogar com a população.

A Olaria se firmou como profissão em São José a partir de 1817, quando se deu a publicação do primeiro registro sobre uma indústria de louça de barro. O proprietário Manuel Furtado, açoriano da Ilha de São Miguel (GERLACH & MACHADO, 2007), é provavelmente o primeiro oleiro vindo do arquipélago português para o município catarinense. A cerâmica rústica das olarias josefenses marcou época de significação econômica no município até iniciar um processo de declínio a partir dos anos de 1960, com o surgimento de objetos e exemplares industrializados e pela explosão da especulação imobiliária, que restringiu o acesso à matéria prima, o barro<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> GUIDOTTI, Flávia Garcia; STROPASOLAS, Pedro Aguiar. **Filhos do barro: um olhar sobre o ofício da Olaria na pioneira São José - SC**. São Paulo: Centauro, 2004.

As Olarias de Louças de Barro Utilitárias, como eram conhecidas, concentravam-se estrategicamente na Ponta de Baixo, pacata localidade praieira do município de São José, onde se viabilizava com maior eficiência o escoamento da produção pelo mar. O traslado até a Ilha de Santa Catarina era feito através de canoas e baleeiras, necessariamente em dias de pouco vento. As louças de barro tradicionais, confeccionadas nas olarias da Ponta de Baixo, derivam de modelos clássicos produzidos ainda no século XVIII pelos portugueses. Alguns desses exemplares ainda continuam sendo comercializados no século XXI, como é o caso de caçarolas, frigideiras, alguidares, sopeiras, moringa, boiões, açucareiros, chaleiras, bules, pires e vasos<sup>14</sup>. A produção de olaria em São José era descentralizada, sendo caracterizado por seu caráter familiar e caseiro.

O saber dos oleiros é considerado patrimônio cultural imaterial pelo município. Em 2006, foi promulgada a lei nº4429, na qual ficou estabelecido a preservação do patrimônio histórico cultural de São José, seja de natureza material ou imaterial. E no dia 19 de setembro, é comemorado o dia municipal do oleiro, conforme a lei municipal nº5151, a qual foi promulgada em 2011.

Oleiro, por definição, é aquele que cria, molda e dá forma ao barro. O método de se produzir uma peça começa quando o oleiro modela a argila e a queima, em seguida. Esse processo resulta em uma textura de pedra, formando a cerâmica. Os trabalhos, em geral, são divididos na arte figurativa, que retrata figuras do folclore como a bernunça e a Maricota, e utilitária, com potes, panelas e vasos.

Em 1992, foi fundada a Escola de Oleiros Joaquim Antônio de Medeiros a única do gênero em funcionamento em toda a América Latina. Mantida pelo Município, a escola hoje atende cerca de 190 alunos, entre crianças, adolescentes e adultos. Uma das novidades é o curso profissionalizante de oleiro que tem como objetivo, além de manter viva a tradição, gerar emprego e renda.

---

<sup>14</sup>GUIDOTTI, Flávia Garcia; STROPASOLAS, Pedro Aguiar. **Filhos do barro: um olhar sobre o ofício da Olaria na pioneira São José - SC**. São Paulo: Centauro, 2004.

**Figura 11 - Pescador**



Fonte: Autoria própria

A pesca artesanal está entre os ofícios mais antigos de São José. A praia de Serraria ainda é o principal ponto de partida e chegada de barcos pesqueiros da região. Neste local encontram-se famílias que sobrevivem da pesca de peixes, camarões e siris. Um dos destaques é a pesca de siri, feita com o *jereré*<sup>15</sup>, técnica artesanal mantida pelos pescadores da cidade. Segundo a tradição, uma gaivota conhecida como Maria-Velha sempre acompanha os pescadores de São José nas suas jornadas marítimas, o que significa uma boa pescaria.

Dos meses de maio até julho, é notável a quantidade de reportagens e manchetes relacionadas à pesca artesanal da tainha, com assuntos que vão desde a expectativa para a safra até os grandes lances de tainha da temporada. Isto demonstra que ainda nos dias atuais a pesca artesanal deste recurso é tão aproveitada quanto foi pelos açorianos em sua chegada à ilha (CONCEIÇÃO, 2011, p. 69). A pesca, desde o início do povoamento açoriano, representava um dos meios de subsistência mais importantes para as famílias. Poucos são aqueles josefenses que não possuem algum ancestral que aventurou-se no mar para ganhar o seu sustento.

---

<sup>15</sup> De origem indígena, o *jereré* é um aparelho de pesca cuja rede afunilada é de malha trançada e se prende a um aro frequentemente provido de cabo, usado sobretudo para pesca em águas rasas e para capturar crustáceos e peixes de pequeno porte.

Lacerda (2003), citado por Mendes (2018), observa que a organização social da comunidade na época favorecia intenso convívio social, uma vez que muitas atividades coletivas eram realizadas, tanto no modo de produção artesanal da agricultura de subsistência e na pesca, sobretudo a pesca de arrasto envolvendo centenas de pessoas, quanto em diversas atividades, como as festas religiosas que envolviam procissões, cantorias e sorteios de bingos (MENDES, 2018, p. 54). Os açorianos alternavam suas vidas entre trabalhos em terra (primavera e verão) e mar (outono e inverno), sendo que na pesca predominava a presença dos homens, enquanto em terra, pode-se dizer que toda a família participava (MENDES, 2018).

### **3.1.3 Diálogo com identidade e memória**

O Monumento aos Açorianos representa a imigração açoriana com pessoas comuns, como por exemplo a rendeira e o pescador. São sujeitos que faziam (e ainda fazem) parte da sociedade, do dia a dia, e que conferem identidade ao município de São José e seus habitantes no passado e no dia de hoje. Choay (2011, p. 12) afirma que o monumento caracteriza-se pela sua função identitária, ao reforçar e lembrar, para a memória orgânica e afetiva de seus membros, acontecimentos, tradições, crenças e festas. O monumento tem poder. Esses membros, dos quais Choay fala, não precisam necessariamente ter as mesmas crenças e modos de vida que seus antepassados tiveram para se identificar com o passado.

Pollak (1994) afirma que o processo de construção de identidade de um indivíduo é muito complexo, e ele é feito através de um exercício de comparação, o qual tem como base grupos de referências e seus sujeitos. Quando Pollak diz que a sociabilidade do ser humano para com o monumento é essencial para construir a sua identidade, ele não defende que alguém necessita necessariamente voltar ao passado e reviver uma temporalidade perdida ou imitar seus antepassados. A construção da identidade do sujeito é feita a partir de uma identificação com o grupo, quando características (festas, tradições, ritos, músicas, etc) passam a ser tomadas como ponto de referência para estabelecer a identidade.

Quando Choay (2012 p. 11-12) faz a distinção entre “monumento” e “monumento histórico”, é notória a relação entre o primeiro com o Monumento aos Açorianos. A intenção de resgatar a memória da imigração açoriana esteve presente na criação do Monumento aos

Açorianos, para comemorar os 250 anos imigração. Logo, ele pode ser classificado como *monumento*, segundo a definição estabelecida por Choay.

Ao retratar os açorianos de tal forma, o Monumento aos Açorianos conta a história de São José com base nos seus habitantes e suas tradições. Mas, esses habitantes não são habitantes comuns. São aqueles que representam a identidade do município no imaginário popular.

Quando Le Goff (1990) aborda os papéis do monumento para com a sociedade, ele defende que o monumento é um legado à memória coletiva de um povo e detém o poder de preservar comunidades históricas. A comunidade histórica presente no Monumento aos Açorianos são os próprios açorianos: o oleiro, a bruxa, a rendeira, a bruxa, o pescador e o agricultor, ou seja, como eles são comumente imaginados.

Le Goff (1990) alerta para a necessidade de estudar e analisar os monumentos mais a fundo, pois eles são, na visão do autor, uma farsa, uma montagem. Por isso que o historiador precisa desmontar o monumento e analisar as condições e contexto de sua produção. No caso do Monumento aos Açorianos, ao falar das condições de sua criação, é preciso fazer uma diálogo com a noção do que é “açoriano” ou seja, da açorianidade

Mas o que pode ser considerado açoriano, exatamente? A identidade açoriana em Santa Catarina desenvolveu-se para contrapor àqueles povos ditos com origem, os alemães e os italianos. Ela foi difundida por um movimento organizado e patrocinado pelas autoridades catarinenses durante o século XX até os dias de hoje.

Lemonje (2013) disserta sobre a origem do movimento açorianista em Santa Catarina, e o contextualiza com à época em que ele surgiu. Desde o início da república até a Revolução de 1930, o governo estadual catarinense já demonstrava aflição em relação ao surgimento de enclaves germânicos culturais no estado, os quais, junto com as colônias italianas, não se assimilaram com a população brasileira, e desafiavam a homogeneidade cultural do país. A autora observa que todo esse processo de nacionalização que se desenrolou durante a República Velha (1930-1945) vai se estender até o Governo do Estado Novo sob a figura do presidente Getúlio Vargas.

A nacionalização do Ensino foi uma das principais metas do governo. Em Santa Catarina, Nereu Ramos desempenhou um expressivo papel nesta campanha, usando variadas formas de repressão e controle contra as práticas culturais e tradicionais dos teuto-brasileiros,

que preservaram sua identidade cultural (LEMONJE, 2013, p. 156). O uso de língua alemã no ensino foi proibido, bem como o de qualquer língua estrangeira.

O objetivo do governo era estabelecer uma cultura homogênea de matriz luso-brasileira, excluindo africanos, indígenas, e europeus de outras origens. Neste contexto, os açorianos conseguiram ressignificar o seu papel e importância ao longo da história catarinense, pois eles passaram a ser considerados os guardiões e garantidores da cultura de matriz luso-brasileira em Santa Catarina.

A identidade açoriana no litoral catarinense foi abordada no 1º Congresso de História Catarinense ocorrido em 1948. O 1º Congresso de História Catarinense ocorrido em 1948 comemorou o aniversário de 200 anos da imigração açoriana em Santa Catarina, praticamente concomitante aos acontecimentos acerca da nacionalização dos municípios colonizados por alemães, promovido pelo Estado Novo (CONCEIÇÃO, 2011, p. 71). O congresso tematizou e levantou questões sobre a colonização açoriana a fim de criar uma imagem positiva em relação às populações do litoral, às quais eram atribuídas indolência e fracasso econômico, quando comparadas com as colônias de origem alemã e italiana. Além de mudar a percepção da imagem do emigrante açoriano, o 1º Congresso de História Catarinense também esforçou-se em resgatar as tradições perdidas ao longo do tempo.

Vale citar a contribuição do NEA (Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina) para a expansão da cultura açoriana no litoral. O NEA, fundado em 1984, realiza estudos e pesquisas por todo o litoral catarinense com o intuito de mapear e estudar a herança cultural açoriana. Hoje o NEA/UFSC atua em parceria com mais de 40 municípios do litoral catarinense, numa área de 15.000 quilômetros quadrados e tem um público alvo de mais de 1.300.000 de pessoas<sup>16</sup>.

Lacerda (2003) fez um levantamento a sobre as tradições ditas açorianas no litoral catarinense com base em eventos promovidos Associação Casa dos Açores, Festa da Cultura Açoriana, e chegou a seguinte listagem de tradições,

O ciclo do divino, farra do boi, boi de mamão, ternos de natal, ano novo, reis, Santo Amaro e São Sebastião, luto e coberta d'alma, teares, e roupas rústicas, procissão dos passos, engenhos, pão-por-deus, pasquim, ratoeiras e danças de roda, gastronomia e pesca do peixe e sopa de couves, renda de bilro, olaria, entrudo, lendas e mitos, lanchas baleeiras, introdução do figo, cevada, laranja, cana de açúcar, couve, trigo e temperos (LACERDA, 2003, p. 101)

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://nea.ufsc.br/sobre/>

O autor nota que muitas dessas manifestações ditas “açorianas” não possuem origens de fato açorianas. Na verdade, se fossemos a fundo procurar a origem dessas tradições tidas como “açorianas”, inúmeras polêmicas e problemas surgiriam.

A pesca da tainha é um bom exemplo disso. Pode-se pensar: não pode ser uma tradição açoriana que tenha vindo juntamente àquelas pessoas que aqui aportaram no século XVIII, já que na Ilha de Açores não existia nada que se assemelhe à dita pesca realizada na ilha de Santa Catarina, muito menos há presença de tainhas na costa daquela ilha (CONCEIÇÃO, 2011, p. 70). Ou seja, trata-se de uma tradição criada, inventada, que mobiliza o passado através do interesse de um grupo em criar a sua própria identidade.

Sabe-se que o cultivo de cana de açúcar, cevada, laranja, bem como a presença de engenhos, tudo, pode ser visto em outras partes do país. Na busca por suas origens, tradições e referências culturais, foram-se escolhendo atividades, manifestações, enfim, tudo aquilo que fosse familiar ao habitante do litoral para a construção da açorianidade. Por isso que Lacerda (2003) faz questão de chamar atenção ao fato de que a “cultura açoriana” no litoral de Santa Catarina está muito mais próxima de uma cultura popular local do que uma cultura propriamente açoriana fiel àquela encontrada nos Açores.

Em 2001, foi realizada a oitava AÇOR (Festa da Cultura Açoriana em Santa Catarina) em São José. A AÇOR é organizada pelo NEA. Lacerda descreve o repertório cultural açoriano citado por um estudante durante a missa em que se encontram os grupos de bandeiras do Divino do litoral:

Tem terno de reis, benzeduras, pau de fita, superstição, beiju, cuzcuz, rapadura, farrado do boi, boi de mamão; tem bandeiras e estandartes, tem cuícas e tamborins, tem tantas obras de arte como tantos são os querubins; a fala e também escrita, são meios de comunicação, porém o estandarte e a bandeira, das mensagens são a expressão (LACERDA, 2003, p. 102)

Neste relato é possível notar até mesmo a presença de instrumentos musicais como manifestação da açorianidade. No entanto, ao analisá-los, vê-se problemas que saltam aos olhos. O tamborim e a cuíca são instrumentos musicais de origem africana, e foram trazidos para o Brasil pelos escravizados. O tamborim, por exemplo, é usado em ritmos africanos como o cacumbi e o samba. O relato trazido por Lacerda mostra que as tradições ditas açorianas foram, pelo menos em parte, criadas a partir da apropriação de elementos de outras culturas.

Stuart Hall (1999) chama a atenção em relação ao processo de formação de identidades, e cita a importância da criação de um repertório de tradições. Lacerda (2003), ao pesquisar as tradições açorianas no litoral catarinense e analisá-las em diálogo com a questão identitária, chega à conclusão que, no caso específico dos açorianos no litoral catarinense, a tradição funciona como sinônimo de identidade e cultura. Ou seja, aqui, ter identidade é ter uma cultura herdada do passado com base na continuidade das tradições - tradições essas que podem ou não ter origens açorianas, e que foram selecionadas com base na memória coletiva das pessoas (LACERDA, 2003, p. 119).

No caso açoriano em Santa Catarina, acredito que a concepção de Stuart Hall (1999) a respeito de identidade nacional seja mais acurada. Hall, na sua obra “Identidade cultural na Pós-Modernidade” (1999), descreve vários tipos de identidades e sujeitos. O autor fala sobre a identidade e sujeito iluministas, que são fruto de uma concepção do indivíduo centrado e unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e ação, cujo centro consistia em uma espécie de identidade em si mesmo ao longo da existência do indivíduo.

Stuart Hall também cita o sujeito sociológico, o qual é fruto de uma relação complexa do mundo moderno do indivíduo, que, ao interagir socialmente com os mundos culturais de fora, modifica-se. A relação entre o interior e o exterior é construída sobre um abismo entre a vida pessoal e a vida pública.

Outro tipo de identidade que Stuart Hall trabalha é a nacional. Quando nascemos, não estamos possuídos por nenhuma identidade cultural. A ideia de nação é uma representação moderna de pertencimento. E é através desse discurso de referenciamentos, através de histórias, memórias, representações que são balizadas identificações e identidades, criando-se uma cultura nacional em torno de uma identidade cultural única, dando origem assim a uma “comunidade imaginada”.

Essa “comunidade imaginada” se constitui do desejo de convivência em conjunto e de perpetuação da herança cultural. O passado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de administrar o passado, o presente, o futuro, e as práticas sociais.

Claro, no caso açoriano em Santa Catarina, trata-se de uma comunidade imaginada a nível local, não nacional. Ou seja,

Hobsbawn e Ranger (1984, p. 9) fazem um debate sobre as tradições, e defendem que tradições inventadas consistem num conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas. Segundo os autores, essas práticas têm como objetivos, além de gerar uma continuidade em relação ao passado, preservar valores e normas de comportamento também. A noção de continuidade é muito importante.

A olaria, a presença católica, a pesca, todas essas são tradições presentes no passado do município de São José. Porém, é um passado que encontra espaço nos dias de hoje. Existem oleiros e pescadores até hoje em São José, e a influência católica faz-se sentir nas festividades religiosas, bem como na presença material e física das igrejas. São características que acompanham a história de São José desde o seu início, logo, a escolha delas é justificada, pois, através delas, é possível estabelecer uma ideia de continuidade entre o passado e o presente de São José.

## 3.2 O TRAPICHE

### 3.2.1 A história: do antigo ao novo trapiche

O novo trapiche de São José, o qual representa um dos objetos de análise deste trabalho, foi revitalizado e entregue à população em 2019, após obras da prefeitura. A prefeitura comemorou a finalização da obra, pois o objetivo era, além de restaurar uma parte da história de São José (SC), fomentar ainda mais o turismo perto do Centro Fundacional, localizado na rua José Pioner. O projeto contou com a participação do artista plástico Plínio Verani e do engenheiro naval italiano Franco Gnessi.

No mesmo local onde foi inaugurado o novo trapiche existiu um antigo (Figura 9), que funcionou até a década de 1950. O antigo trapiche foi construído em 1859, e durou até o ano de 1955, quando finalmente cedeu devido a uma tempestade. O antigo trapiche, desde o ano de sua fundação, passou por vários problemas. Ainda no ano de 1859, o trapiche foi atingido por fortes ventos e ondas, causando-lhe algumas avarias (GERLACH & MACHADO, 2007, p. 76).

O antigo trapiche possuía muita importância. Durante boa parte do século XIX, São José (SC) era considerado um dos entrepostos comerciais mais importantes do estado (na época, província). São José conseguiu conectar, através de sua orla marítima, a ilha de Santa Catarina ao Planalto de Lages. Por localizar-se em uma enseada com boa localização, a Vila era uma grande exportadora de produtos agrícolas e utilitários para a Capital, valendo-se de sua posição geográfica privilegiada.

Conforme Tatiana Silva (2006, p. 40) aponta, após a abertura da estrada para São Pedro de Alcântara e a consolidação das transações comerciais entre o planalto e a área litorânea, São José passou a ser um entreposto estratégico. Tamanha era a importância comercial de São José (SC), que ela foi elevada à categoria de vila (cidade) em 1833 (GERLACH & MACHADO, 2007).

Gerlach e Machado (2007, p. 76-77) relato interessante a respeito do trapiche antigo em 1859. Ambos trazem na sua obra *São José da Terra Firme* a correspondência de um anônimo descrevendo uma viagem de Desterro até São José (SC), para assistir a uma peça no teatro Adolpho Mello, fundado em 1856. Além da importância econômica do trapiche antigo, também é importante lembrar outras utilidades do trapiche. Muitos habitantes de Desterro (hoje Florianópolis) usavam o trapiche antigo para aportar e aproveitar a vida cultural josefense.

O antigo trapiche continuou a ter muita importância durante a primeira metade do século XX, antes de sua destruição em 1955. Em 1930, o trapiche tinha como uma das finalidades o transporte de mercadorias, sendo assim tão importante quanto o da Praia Comprida, destacando-se o comércio de madeiras. Próximo ao trapiche havia uma serraria que funcionou há cerca de quatro anos, a qual beneficiava madeiras trazidas do interior e as exportava (SILVA, 2006).

Figura 9 - Trapiche antigo



Fonte: saojose.sc.gov.br

Contudo, alguns acontecimentos vieram a mudar a importância do trapiche antigo. Nas primeiras décadas do século XX, a região do Vale do Itajaí começou a despontar economicamente, com destaque para as cidades de Blumenau e Itajaí. A antiga hegemonia comercial perpetuada por Florianópolis e seus municípios vizinhos começou a ser ameaçada e entrou em um processo de estagnação. O transporte marítimo de cargas ainda era muito forte no litoral, contudo, a *produção mercantil*<sup>17</sup> estava em declínio. São José fazia parte dessa dinâmica econômica, e também sofreu as consequências.

Outro ponto a ser levantado foi a inauguração da ponte Hercílio Luz, em 1926. Até então, o trapiche antigo servia de grande ajuda para quem quisesse fazer a travessia até Florianópolis, partindo de São José (SC). Com a construção da Ponte Hercílio Luz, o trajeto marítimo não era mais a única opção. À época, Florianópolis contava com mais de 40 mil habitantes e São José (SC) com aproximadamente 8 mil habitantes. A ponte representava um desejo de longa data para ligar a ilha ao continente, e as consequências, a longo prazo, puderam ser vistas no crescimento do rodoviarismo e na expansão urbana em Florianópolis e no Estreito.

É importante salientar que a mudança não foi muito drástica logo após a construção da ponte, em 1926 (SILVA, 2006, p. 48). Muitas pessoas não possuíam automóveis para se deslocar de São José (SC) até a Ponte Hercílio Luz, logo, é um erro pensar que o transporte marítimo realizado no trapiche antigo perdeu sua importância. Vale ressaltar que o estado das

---

<sup>17</sup> A produção mercantil corresponde à produção que se destina a ser vendida.

vias urbanas também não era dos melhores. As ruas que ligavam São José (SC) até a ponte não eram pavimentadas e se encontravam em estado lastimável.

Foi somente no início da década de 1940 que, após a pavimentação da via principal que liga os dois municípios que o trapiche antigo de fato deixou de ser importante. Não foi só o trapiche que perdeu importância num contexto geral, mas todo o município de São José. Agora, os produtores e vendedores podiam deslocar-se diretamente até a ilha sem passar pelo trapiche. Em 1944, São José (SC) perdeu o então Distrito João Pessoa, hoje bairro do Estreito, para Florianópolis, depois de uma revisão territorial realizada pelo governo catarinense.

**Figura 10** - Trapiche antigo na década de 1930



Fonte: acervo de Osni Machado

Pode-se notar que a perda de importância do trapiche pode ser ligada a vários fatores: declínio econômico da região que hoje constitui na Grande Florianópolis; a ascensão de outros polos econômicos pelo estado; a inauguração da Ponte Hercílio Luz, a qual tornou facultativo o uso do transporte para chegar à ilha de Santa Catarina. Quando o trapiche foi destruído após uma tempestade em 1955, não houve ações por parte da prefeitura municipal para consertá-lo, pois o retorno econômico não valeria o investimento.

Em 2019, quando o trapiche foi restaurado e entregue à população, a prefeitura o fez para reviver a história do município. O trapiche, hoje, é um ponto turístico, e fez parte de um

projeto para tentar revitalizar o Centro Fundacional de São José (SC). Há um motivo econômico por trás, isso não se pode negar. No passado, o trapiche trazia receita para o município ao servir de ponte ligar São José (SC) a outros destinos; hoje, ele continua gerando receita, mas através do turismo. Após 164 anos após sua fundação, o trapiche ainda vive, e faz parte da história do município.

### 3.2.2 O novo trapiche: uma história contada através da arte

O trapiche foi reinaugurado em 2019, depois de 64 anos após sua destruição em 1955. Além de revitalizar uma parte histórica da cidade, a qual estava esquecida há tempo, a reinauguração do trapiche fez parte de um projeto da prefeitura para revitalizar a orla de São José. A inauguração foi no dia 14 de setembro de 2019, e contou com eventos culturais, atrações artísticas e festas.

Figura 10 - O Trapiche em 2020



Fonte: Marcela Ximenes/ND

O novo trapiche, com 80 metros de comprimento, conta a história de São José (SC) em uma linha do tempo. A parte mais ao fundo do trapiche foi destinada ao começo da história josefense, ou seja, representa o início da linha do tempo. As ilustrações foram criadas pelo artista Plínio Verani.

As ilustrações, no momento em que a pesquisa foi feita (2022-2023), encontram-se em estado de preservação ruim e de difícil leitura, possivelmente devido ao desgaste causado pelo tempo, chuva, ondas do mar, entre outros fatores. Algumas partes estão basicamente

apagadas, tornando a leitura e análise impossíveis. Após várias visitas ao local, foi possível perceber que as partes mais deterioradas estão no fundo trapiche, ou seja, no início da linha do tempo. As partes que contam a história mais recente de São José (SC), por sua vez, estão melhor conservadas.

No início da linha do tempo, há várias ilustrações. O espaço destinado a contar o início da história josefense, além de contar pinturas mostrando a imigração açoriana, também possui representações de populações indígenas e de eventos acontecidos antes da chegada dos açorianos.

Na figura 12, é possível identificar Hans Staden, aventureiro e mercenário alemão, que passou pelo território que veio a se tornar parte de São José, em 1555

**Figura 12 - Hans Staden**



Fonte: autoria própria

Hans Staden já havia passado pelo Brasil uma outra vez, tendo visitado uma região que viria a tornar os estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco, em 1547. Na sua segunda viagem para o Brasil, Hans Staden partiu junto com uma esquadra espanhola em 1549. No início Hans Staden aportou na ilha de Superagui, hoje território pertencente ao município paranaense de Guaraqueçaba.

De lá ele partiu rumo ao sul, chegando até a baía que fica entre a ilha de Santa Catarina e a terra firme (hoje São José). Aqui, Staden encontrou populações indígenas carijós, as quais o receberam junto com um espanhol que ali vivia em harmonia com os nativos. Vicente (2022) descreve os relatos de Staden:

três anos antes ele mesmo tinha sido enviado da localidade de Assunção, na província do Rio da Prata, pertencente aos espanhóis, [...] Havia sido encarregado de fazer com que os Carijós, uma tribo amiga dos espanhóis, plantassem mandioca, de modo que os navios recebessem alimentos dos selvagens, quando necessitassem [...] Fomos com os selvagens para suas cabanas, onde também morava o cristão e onde nos receberam ao modo deles (VICENTE, 2022, p. 65-66)

A linguagem usada por Staden revela a mentalidade eurocêntrica portada ele, ao empregar termos como “selvagens” e “tribo”, para se referir aos nativos.

Além disso, o relato de Hans Staden dá luz a um povo indígena muito importante para a região, que habitava as terras que viriam a fazer parte de São José (SC) - os Carijós. Os indígenas carijós pertenciam ao linguístico *tupi-guarani*<sup>18</sup>, e ocupavam uma área que ia desde o litoral de São Paulo até a Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul. Eram adeptos da agricultura, tendo na farinha de mandioca um de seus principais meios de subsistência, e também possuíam muitas habilidades de pesca e de cura.

De todos povos indígenas brasileiros, os carijós foram considerados um dos mais pacíficos. No entanto, conforme abordado por Vicente (2022), os carijós souberam utilizar a rivalidade entre espanhóis e portugueses na região para tirar proveito próprio. Eles se aliaram aos espanhóis, já que os portugueses tinham como aliados os tupiniquins<sup>19</sup>, inimigos jurados dos carijós. Assim como todo o território brasileiro, o território que hoje constitui o município de São José era habitado por populações indígenas. Essas populações não desapareceram. Ao que tudo indica, o litoral catarinense era habitado por povos indígenas pertencentes ao grupo carijó, os quais fazem parte da grande árvore linguística tupi-guarani. Também havia a presença de indígenas Xokleng e Kaingang.

Tatiana Silva (2006) aponta a existência de povos indígenas que viviam perto do território que hoje faz parte do município de São José (SC). Para embasar o seu argumento, Tatiana Silva (2006) cita a existência de um sítio arqueológico próximo à ilha da Casca, na desembocadura do rio Maruim. As características do sítio em questão é muito parecida com aqueles encontrados em maior abundância na ilha de Santa Catarina, e eles são marcados pela

---

<sup>18</sup> A árvore tupi-guarani inclui diversas etnias indígenas do Brasil, como os Guarani, Kaiowá, Guarani Mbya, Guarani Nandeva, Nhandéva, e outras. Esses povos historicamente habitavam regiões além da costa, incluindo a região centro-oeste e sul do Brasil, além de outros países da América do Sul, como o Paraguai e a Argentina, por exemplo.

<sup>19</sup> Os tupiniquins pertenciam ao grupo *tupi*, e habitavam um território que ia desde o litoral do sul da Bahia até Bertioga, em São Paulo. Foram os primeiros indígenas a entrar em contato com Pedro Álvares Cabral e sua expedição em 1500.

presença de conchas, e outros restos de animais marinhos, o que indica claramente a presença de populações humanas.

A autora nota que as populações logo começaram a declinar após o contato com os europeus, principalmente portugueses. O decréscimo populacional se deu sobretudo graças às doenças trazidas pelos novos moradores - caso esse que aconteceu em todas as partes da América em que os indígenas tiveram contato com populações estrangeiras, sejam europeus ou africanos.

É impossível estimar com precisão a quantidade exata de indígenas que habitavam o território que hoje forma São José e proximidades, mas esse número provavelmente estava na casa dos milhares, devido à abundância de rios e de recursos naturais presentes na área, como a caça e a pesca. Mattos e Silva (2012) falam em algo próximo a cem mil nativos, os quais estavam distribuídos ao longo da costa catarinense.

Também não se pode esquecer do papel devastador dos bandeirantes no que diz respeito ao extermínio de populações indígenas. Knorst (2011) descreve os bandeirantes como homens de muita influência, e que tinham como objetivo aprisionar indígenas no litoral catarinense e com o intuito de usá-los como mão de obra escravizada e/ou vendê-los nos mercados em São Vicente e na Bahia.

Mesmo com o aprisionamento e extermínio causado pelo contato com os europeus, os indígenas sobreviveram e estão presentes até a atualidade na Grande Florianópolis. O legado indígena pode ser visto na nomenclatura de bairros, cidades e praias: “Biguaçu” (Cerca Grande, em tupi-guarani), “Embaú” (onde tem água e comida), “Massiambu”, “Tapera” (aldeia extinta), “Caieira” (queimada velha). Na Palhoça, município que outrora fizera parte de São José, existem povos indígenas guarani vivendo ao redor do rio Maciambú.

No entanto, os indígenas não deixaram como legado apenas nomes de cidades, praias e afins. O legado deles foi muito maior. Além do vocabulário deixado para a posterioridade, os conhecimentos indígenas foram fundamentais para a sobrevivência dos povos europeus que vieram se instalar em São José (SC) ao longo de sua história.

Outra questão que merece atenção é a ausência dos Xokleng e Kaingang. Sabe-se que São José (SC) era habitada por vários grupos indígenas, a presença de nativos em terras josefenses não era uma exclusividade dos carijós. No litoral catarinense se encontravam tribos carijós e na região da Serra do Mar haviam tribos de Xoklengs e Kaingang (KNORST, 2011).

No Trapiche é possível reconhecer uma ilustração contendo a imagem do pintor, professor, desenhista e Jean-Baptiste Debret, e um relato sobre a sua passagem por São José (SC). Porém, não há nenhum relato sobre a presença dos indígenas bororenos, os quais chegaram a ter contato com Debret.

Figura 13 - Jean-Baptiste Debret em São José (SC)



Fonte: autoria própria

Jean-Baptiste Debret é considerado um dos membros que mais se destacou da Missão Artística Francesa (1817), iniciativa de Dom João VI que foi responsável pela introdução do *neoclassicismo*<sup>20</sup> e pela renovação das artes plásticas no Brasil, na primeira metade do século XIX. Além disso, teve um papel fundamental na fundação da Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro em 1816. As obras de Debret ganharam muito destaque no Brasil porque ele costumava retratar o cotidiano das pessoas: indígenas, a vida dos escravizados, e até mesmo a família real portuguesa. Hoje, suas obras são usadas como referências por muitos historiadores para trabalhar com o Brasil da primeira metade do século XIX.

Gerlach e Machado (2007, p. 24-25) citam a presença de Debret em São José (SC). Os autores usam os relatos que Debret fez a respeito dos indígenas bororenos na região de Caldas da Imperatriz. Os bororenos dos quais Debret fala são na verdade indígenas Xokleng (VICENTE, 2022), que habitavam as margens norte do Rio Cubatão. Vicente (2022, p. 74) também nota que a região das águas termais era provavelmente um local sagrado para os

<sup>20</sup> O neoclassicismo foi um estilo artístico, cultural e literário surgido no século XVIII, na Europa. Ele apresenta objetividade, simplicidade e equilíbrio, e tem como principal referência a cultura clássica greco-romana.

indígenas Xokleng, e eles sabiam da qualidade e dos benefícios de tal fonte e de suas águas para a saúde.

Portanto, faz-se necessário ressaltar a diversidade dos povos indígenas que habitavam São José (SC). As populações carijós habitavam as áreas litorâneas, e outros grupos como os bororenos habitavam os sertões os quais se encontravam entre Lages e o centro fundacional de São José (SC), onde se concentrava a maior parte da população. Vicente (2022) chama atenção em relação às disputas ocorridas entre os povos nativos locais, e levanta a hipótese de que os bororenos (Xokleng) conseguiram conquistar a região das águas termais após combater outros grupos indígenas na região, e atribui à vitória dos bororenos o caráter belicoso e corajoso deles.

Na Figura 14, há uma menção ao método indígena de produzir farinha. Na região de Santo Amaro da Imperatriz (hoje município independente de São José), a qual fazia parte de São José (SC), as técnicas agrícolas utilizadas indígenas foram largamente utilizadas pelos colonos europeus de origem alemã (VICENTE, 2022, p. 70). Os imigrantes europeus perceberam muito cedo que muitas das culturas existentes nos seus países de origem não encontravam um terreno fértil em terras josefenses, logo, começaram a cultivar culturas nativas, tais como a mandioca, o milho.

Brandt (2014) nota que não foram apenas os alemães que se utilizaram das técnicas indígenas e culturas indígenas. Muitos açorianos, após se instalarem em São José (SC), começaram a reproduzir as técnicas com as quais estavam habituados, insistindo no cultivo de cereais como o trigo, a aveia e o centeio. Contudo, ao chegarem em terras josefenses, Brandt (2014) observa eles encontraram condições ambientais adversas para o cultivo e a farinação desses produtos, de clima temperado e mediterrâneo, em um ambiente quente e mais úmido com solos pobres em nutrientes, fatores limitantes para o maior desenvolvimento da agricultura na região. Então, “Como estratégia de sobrevivência, adotaram o cultivo de produtos nativos, como a mandioca, além do milho e do feijão, cana-de-açúcar, café, abóbora, melancia, amendoim, e frutas em geral” (BRANDT, 2014, p. 9).

**Figura 14 - Método indígena de produzir farinha de mandioca**



Fonte: autoria própria

Quando foi fundada a colônia de origem germânica de São Pedro de Alcântara, em 1829, os alemães que ali fixaram residência encontraram as mesmas dificuldades encontradas pelos açorianos no que diz respeito à agricultura. Além da dificuldade para com o manejo do solo, os alemães encontraram um solo muito íngreme e de difícil acesso. Não demorou muito, e eles começaram a utilizar as técnicas agrícolas de origem indígenas, as quais haviam sido apreendida pelos açorianos anos antes.

A principal técnica indígena usada pelos colonos alemães é chamada de coivara. A coivara é uma técnica de preparo da terra para o plantio, e ela consiste em cortar e queimar a vegetação de um terreno para limpá-lo e adubá-lo com as cinzas. É uma técnica muito simples, e como a ilustração contida no Trapiche sugere, ela é muito rudimentar. Além do emprego da coivara nas plantações, os alemães também seguiram o modelo dos açorianos, e passaram a abandonar a sua dieta baseada no trigo, e passaram a produzir e consumir alimentos de origem indígena, como a farinha de mandioca e milho (BRANDT, 2014, p. 14).

A colônia de São Pedro de Alcântara foi fundada em um antigo caminho que fazia uma conexão entre Lages e Florianópolis. A colônia foi fundada no dia 1 de março de 1829, sendo nomeada em homenagem ao então monarca brasileiro, Pedro I do Brasil. Os alemães chegaram em centenas, somando 635 pessoas (SCHURHAUS, 2007, p. 5), e encontraram muitas dificuldades no início. Além daquelas já citadas, o governo não forneceu auxílio

básico aos colonos: ferramentas, sementes, e as diárias prometidas para ajudar os colonos no início. É importante lembrar que São Pedro de Alcântara fez parte de São José (SC) até 1994, quando conseguiu sua independência e se tornou um município separado.

Em 1844, São Pedro de Alcântara foi elevado à categoria de freguesia (GERLACH & MACHADO, 2007, p. 27). A freguesia contava com 700 habitantes em 1848 (SCHURHAUS, 2007, p. 8). Ora, mas a colônia não contava com 635 habitantes no início, em 1829? Como, após 19 anos, a população ficou basicamente estagnada? Todos os autores concordam que, devido à dificuldade do manejo com solo, o caráter íngreme do terreno, e ao não cumprimento das promessas por parte do governo, muitos colonos acabaram se mudando para outras localidades.

Foi assim que muitos núcleos de povoamento alemães surgiram entre outras partes de São José (SC). Muitas famílias acabaram deixando o núcleo colonial para se instalar em, além de outras partes de São José, Desterro e no alto Biguaçu, dando origem à cidade de Antônio Carlos. Também foi solicitada ao governo a concessão de terras na região de *Caldas do Cubatão*<sup>21</sup>, que hoje é Caldas da Imperatriz e Águas Mornas (SCHURHAUS, 2007, p. 7).

A comunidade alemã na Praia Comprida surgiu dentro desse contexto, “Em Praia Comprida estabeleceram-se com hospedaria, transporte de lanchas, ferrarias, sapatarias, marcenarias, selarias, casas de comércio, inclusive a agricultura” (PHILIPPI, 1995, apud SILVA, 2006, p. 37). Alguns desses alemães acabaram por abandonar as atividades agrícolas e passaram a se dedicar ao comércio. Gerlach e Machado (2007) descrevem as atividades dos alemães na Praia Comprida

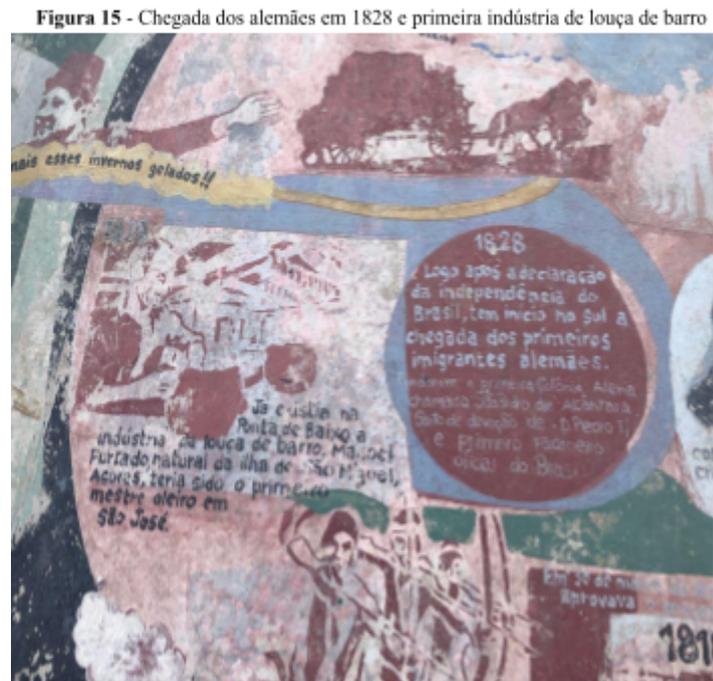
Os colonos conduzem os seus gêneros em cargueiros até os arrebaldes da Vila de São José, denominado Praia Comprida. Aqui existe um não pequeno número de alemães que, mais inclinados ao comércio, deixaram a Colônia e vieram estabelecer-se com negócio. Este é sem dúvida um dos lugares da Vila que encerra maior comércio e muito tem concorrido para o incremento da mesma. Conta já um grande número de armazéns, oficinas, e a maior parte de seus moradores possuem lanchas, botes ou canoas que diariamente navegam para o porto da Capital, levando os gêneros dos colonos que descem de São Pedro de Alcântara. (GERLACH & MACHADO, 2007, p. 27)

Simas (2016) relaciona a inclinação ao comércio atribuída aos alemães em São José (SC) com o desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, que na época (primeira metade do século XIX) ainda não existia como um estado unificado, e era composta por várias

---

<sup>21</sup> A região passou a se chamar Caldas da Imperatriz, após a visita da imperatriz Teresa Cristina em 1845.

localidades cujos governos eram comandados por monarcas. Os estados alemães passaram por “um processo de urbanização, decorrente da industrialização e do aprofundamento do capitalismo, de mercantil para industrial, e estas configurações traziam ao germânico certa experiência empreendedora, além de domínio sobre técnicas de produção, cultivo e criação” (SIMAS, 2016, p. 61).



Fonte: autoria própria

A ilustração contida Figura 15 possui até certo simbolismo, ao falar sobre a imigração alemã e sobre a indústria de olaria na Ponta de Baixo. Tal como afirma Simas (2016), os alemães chegaram à região de São Pedro de Alcântara no século XIX, quase um século depois dos açorianos se fixarem em São José (SC). Por sua vez, os açorianos que aqui chegaram no século XVIII, tinham mais experiência na produção pesqueira e mercantil. Desta forma, havia concorrência desigual entre açorianos e germânicos, além de uma notável disparidade técnica e empreendedora entre eles (SIMAS, 2016).

A Bica da Carioca (Figura 16) foi construída em 1840 pela Câmara Municipal e foi, durante cerca de um século, a principal solução de fornecimento de água para os moradores. Caracterizava um ponto de encontro e de socialização da população e abastecia as pipas de aguaceiros, que forneciam água em suas carroças, puxadas por burro ou cavalo, pela cidade (SÃO JOSÉ, 2020). Hoje, ela faz parte do patrimônio histórico e artístico josefense, depois de ser tombada através do decreto municipal nº 18.694/2005.

**Figura 16** - Inauguração da Bica da Carioca e visita de D. Pedro II e Teresa Cristina



Fonte: autoria própria

Ela funcionou até meados da década de 1950, quando foi fundada a Companhia de Água. Mesmo assim, devido à qualidade da água, mesmo nos anos 1950 vinham ali moradores residentes em Florianópolis. Em sua última reforma, na década de 1980, a área foi pavimentada e ajardinada, além de canalizar a água ainda existente. É utilizada em dias de festa da Igreja, como a do Divino Espírito Santo, onde são montadas barracas (SÃO JOSÉ, 2020).

Infelizmente, tal como afirma Santiago (2022), a poluição da nascente, bem como a expansão da cidade e as transformações no cotidiano das atividades domésticas, contribuíram para o declínio da prática. “Na década de 1970, com o processo de canalização da água e saneamento realizados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), a prática de lavar roupa na fonte de água pública não fazia mais parte do cotidiano da cidade” (SANTIAGO, 2022, p.20).

A Bica da Carioca era um espaço fortemente associado com a presença de mulheres negras no município e remete à população de origem africana no município. Já nos primeiros levantamentos feitos a respeito da composição étnica do município, a presença negra já era notada. Gerlach e Machado (2007) apontam que, em 1797, a freguesia de São José era composta de 389 fogos (casas habitadas), com população total de 2.079 habitantes, incluindo os escravos, que eram em número de 412, e já existiam escravos libertos, no total de 14. Ou

seja, entre libertos e escravizados, a população de origem africana representava basicamente um quinto do município.

Passos, Nascimento e Nogueira (2016) citam a obra “São José 250 anos: natureza, história, cultura” (1999) de Vilson Francisco Farias para fazer um levantamento a respeito da população josefense no início do século XIX, e aponta que São José contava com uma população total de aproximadamente 10.419 habitantes, dos quais 2.225, ou 21,3%, eram homens e mulheres que estavam na condição de escravizados. Essa população era composta por 1.315 homens solteiros; 909 mulheres solteiras; 36 homens casados; 34 mulheres casadas e três viúvos(as).

**Figura 17 - Irmandade Nossa Senhora do Rosário**



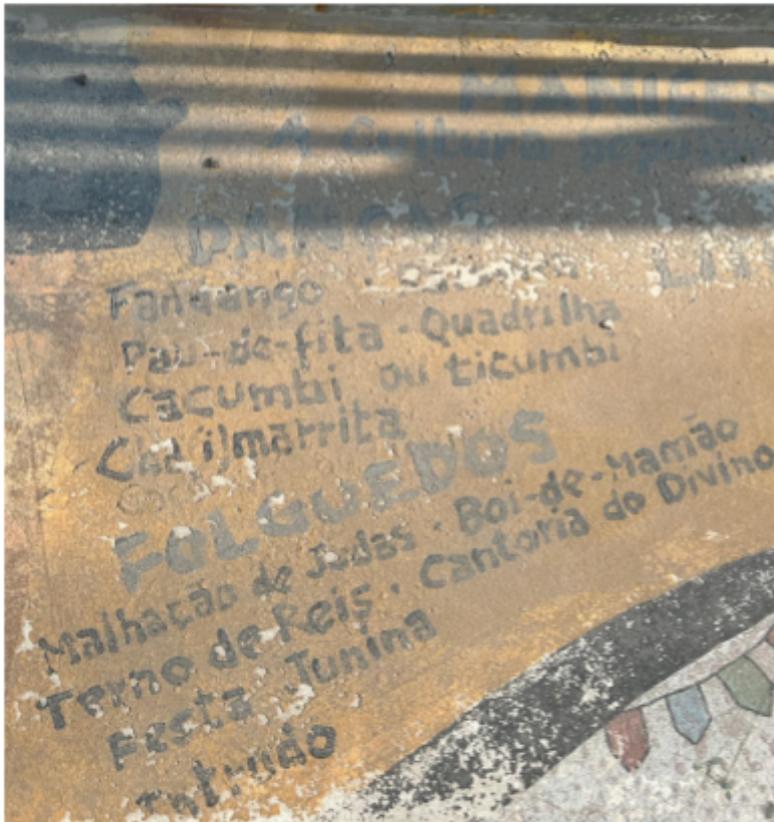
Fonte: autoria própria

A Irmandade da Nossa Senhora do Rosário foi criada em 1853 (GERLACH & MACHADO, 2007) por pretos livres e cativos. Ela configurava um território negro, pois compreendia um espaço de resistência e ressignificação cultural, tais como os quilombos, os clubes sociais negros, os terreiros de candomblé, as vilas operárias, a formação dos times de futebol no início do século XX, as escolas de samba e outros territórios que seguramente revelam novas dimensões da vida e obra da cultura afro-brasileira e afro-catarinense (PASSOS; NASCIMENTO; NOGUEIRA, 2016, p. 201).

Simão (2010) mostra o quão antiga é a associação entre populações africanas e a imagem da Nossa Senhora do Rosário. Esta associação teria acontecido no século XVIII, mas suas raízes são mais profundas, no século XV, ou seja, antes mesmo dos portugueses chegarem no Brasil, quando já havia uma considerável população de origem africana vivendo nas cidades portuárias portuguesas. O fator determinante foi o fato de que as Irmandades da Nossa Senhora do Rosário eram abertas a todas as pessoas, independente de classe, etnia, qualidade (SIMAS, 2010, p. 29). Pertencer a uma irmandade conferia prestígio social, e também eram espaços políticos.

Além da irmandade da Nossa Senhora do Rosário, a população de matriz africana josefense possuía outras referências culturais. As festas afro-brasileiras, em Santa Catarina, denominadas de Cacumbi (também conhecida por outras denominações, como Quicumbi, Catumbi ou Ticumbi) homenageiam Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (SILVA, 2013, p. 1).

**Figura 18 - Cacumbi: parte do folclore local**



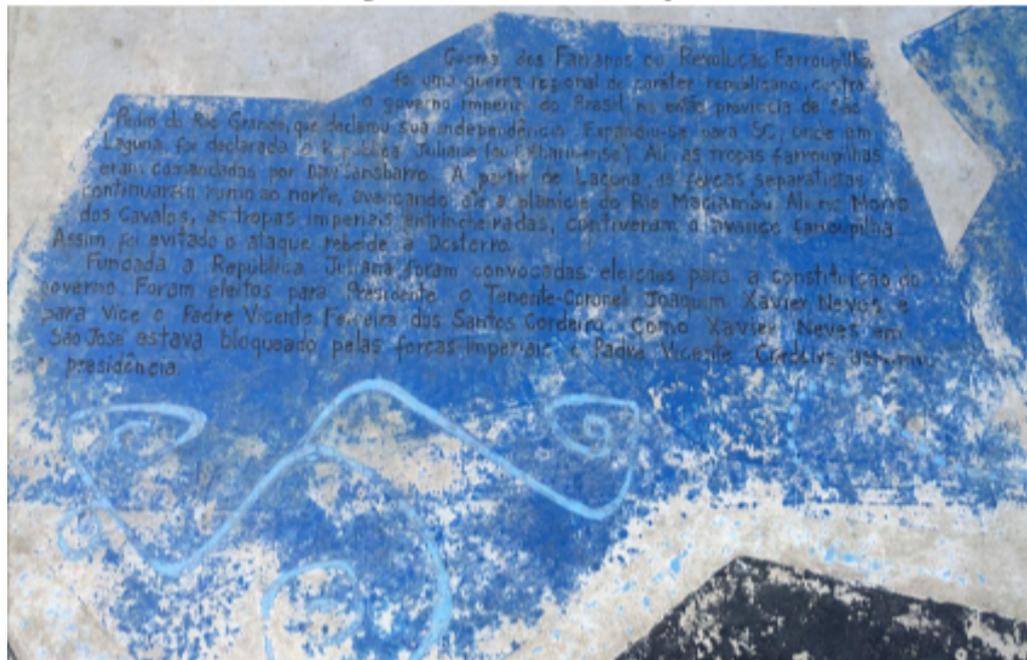
Fonte: autoria própria

Sobre o Cacumbi, Janaína Amorim da Silva aponta que

No Brasil, adapta-se a coroação dos reis do Congo aos moldes da monarquia portuguesa, sendo este ato representado na festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. O grupo é formado por pares, composto pelo rei do Congo, príncipe, vassalos, embaixador e outras figuras que variam conforme a época e a região. O capitão determina a coreografia, por meio de espadas ou bastões. As músicas têm temática religiosa, envolvendo principalmente o louvor e a veneração a Nossa Senhora do Rosário. (SILVA, 2011, p. 84)

Silva (2013) observa que, em São José (SC), as danças do cacumbi eram realizadas no interior da sede onde ficava a irmandade da Nossa Senhora do Rosário. As festas deixaram de existir no século XX, no entanto, o cacumbi continuou presente dentro da memória josefense. Sabe-se que as festas continuaram existindo até o início do século XX. Janaina Amorim da Silva (2011) destaca a presença Pedro Leite, um afrodescendente que participava da irmandade da Nossa Senhora do Rosário e que possuía o papel de capitão nas festas, tendo participado até o ano de 1930. Além disso, Janaina Amorim Da Silva (2011) também aponta que os praticantes de cacumbi no início do século XX eram descendentes de escravos, ou seja, marcando essa expressão cultural como um lugar de memória (SILVA, 2011, p. 86).

**Figura 19 - Guerras dos Farrapos**



Fonte: autoria própria

A Figura 18 trata sobre o episódio da Guerra dos Farrapos (ou Revolução Farroupilha), e a sua relação com São José (SC). O município ganhou destaque através do Coronel josefense Joaquim Xavier Neves (avô de Hercílio Luz, que viria a ser Governador de Santa Catarina), que foi eleito Presidente da República Juliana. Considerado amigo de David Canabarro, Joaquim Xavier Neves acabou sendo impedido de exercer suas atribuições como

presidente da República Juliana, pois foi impedido pelas forças imperiais, as quais impediram a passagem de Joaquim pelo Morro dos Cavalos.

A guerra chegou até São José (SC), depois que as forças separatistas conquistaram Laguna, e dali partiram rumo mais ao norte, onde chegaram até a planície do Maciambú, perto do Morro dos Cavalos. No entanto, lá os farrapos encontraram tropas imperiais entrincheiradas, e acabaram sendo derrotadas. O objetivo deles era, através da invasão de São José (SC), chegar até Desterro (hoje Florianópolis), e assim, conquistar a capital para os farrapos. Na batalha ocorrida no Morro dos Cavalos eles acabaram sendo derrotados, pondo fim a expansão farroupilha no estado de Santa Catarina.

Mesmo após ter se envolvido com os farroupilhas, Joaquim Xavier Neves acabou sendo perdoado. Em 1845, quando D. Pedro II e Tereza Cristina visitaram São José (SC) com o intuito de conhecer as águas termais, Joaquim, cuja lealdade outrora havia mudado de lado, agora, voltou-se novamente para o governo imperial. Recepcionou a família real no Trapiche de São José (SC), e também foi incumbido da tarefa de comandar tropas estacionadas no município.

#### **4 CONCLUSÃO**

A partir dos resultados encontrados na pesquisa, conclui-se que os monumentos trabalhados contam a história de São José (SC) de maneira diferente. O Monumento aos Açorianos conta a história do município através de seus habitantes cujas vidas, profissões e cultura, conferem identidade à população local. O Trapiche segue uma linha linear, contando a história josefense ao relembrar os eventos e personagens importantes para a história do município. O trapiche enaltece as datas e os acontecimentos do município, e busca contar a história local contextualizando-a com os acontecimentos geral da época.

O Monumento aos Açorianos trabalha muito com a questão identitária. Diferente do Trapiche, ele foi construído em uma data comemorativa - do aniversário de 250 anos de São José (SC). Por se tratar de uma data simbólica e importante, ele ganha poder, não só pela sua localização privilegiada, mas também pelo fato de ter sido representado da forma que foi. Afinal, era o aniversário de 250 anos de São José (SC). De todas as formas possíveis que as

partes envolvidas no projeto poderiam pensar para homenagear o aniversário do município, elas acabaram escolhendo os açorianos para homenagear no monumento. Isso mostra a importância atribuída a eles pelas autoridades locais.

A forma como os açorianos foram retratados no Monumento aos Açorianos mostra como a identidade açoriana é trabalhada, ao associar a imagem deles com certas características marcadas pelo folclore e cultura. Esse folclore e essa cultura formaram-se em Santa Catarina, e adquiriram um caráter especial, diferente daquele encontrado no Arquipélago dos Açores. Logo, a partir desta discussão, é possível perceber que a açorianidade, pelo menos no caso catarinense, é uma construção histórica, surgida a partir de um grupo de pessoas que buscava suas raízes no passado e suas tradições, e do apoio de todo um aparato governamental e cultural que patrocinava e apoiava esse processo. Dessa forma, apagaram outras populações que habitavam e habitam o município.

O Trapiche, por ser tão extenso, torna impossível a análise de todo o seu conteúdo. São 80 metros, contando a história de São José (SC) desde a imigração açoriana e da presença indígena até a década de 1970, quando a cidade começou a receber muitos imigrantes de outras partes do estado e do país, devido à modernização da estrutura econômica da cidade.

Por isso é importante destacar que, para uma análise completa de todo o conteúdo do trapiche, é preciso fazer uma pesquisa e/ou trabalho somente focado nele, pois assim, será possível abarcar todo o conteúdo histórico abordado por ele. Além disso, o Trapiche, por apresentar muito desgaste devido ao tempo, torna impossível a tarefa de localizar toda a história josefense pintada.

## **Referências**

ANGELO, Elis Regina Barbosa. **As celebrações do Divino Espírito Santo: um elo entre Brasil e Açores nas relações de tradição e (res) significação da cultura.** Revista Estudos Históricos: Rio de Janeiro. v. 31, n. 65. 2018.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. **O “saber-fazer” rendas de bilros: as ressignificações do processo na Lagoa da Conceição em Florianópolis.** Fortaleza, 2013. Revista de História. v. 1. n. 1. p. 11-27.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos.** Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020|.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica.** Mouseion, v. 1, n. 12, p. 129-159, 2012.

BERGAMIN, C.. **A importância da renda de bilro na economia familiar em Florianópolis a partir de 1900 e a sua continuidade no tempo presente.** Revista Santa Catarina em História , v. 7, p. 14-23, 2013.

BINKOVA, S.; KRONKA, G. Z.. **A emigração açoriana para o Brasil Meridional.** 2010. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Univerzita Karlova v Praze.

BOHÁCOVÁ, Anežka. **História dos Açores: Achamento e povoamento em comparação com outras ilhas portuguesas no oceano Atlântico.** MASARYKOV UNIVERZITA, Filozofická fakulta, Ústav románských jazyků a literatur, Brno, 2019.

BORBA, Pedro. **Para uma teoria crítica do eurocentrismo: história, colonialismo e o resto do mundo.** Revista Estudos de Política , v. 11, p. 51-70, 2020.

BRANDT, Marlon. **Agricultura e urbanização na paisagem do município de São José-SC (Séculos XVIII A XX).** Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.23, p.7-20, 2014.

BRUGGEMANN, Ana Beatriz. **Festa do Divino Espírito Santo em São José/SC: Mudanças de costumes através do tempo.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. da UNESP, 2001.

CONCEIÇÃO, Maykon Luiz. **A pesca e a festa da tainha na formação da açorianidade.** Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984- 3968, v.5, n.1, 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.551**, de 04 de agosto de 2000 – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm)>

FARIAS, Vilson Francisco. **São José 256 anos: natureza, história, cultura**. São José: Edição do Autor, 2006.

FENELON, D. R. . **Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa**. Revista Projeto História, São Paulo/SP, v. 10, p. 73-90, 1994.

GERLACH, Gilberto Schmidt; MACHADO, Osni. **São José da Terra Firme**. [s.l.], 2007.

GOMES, Luciano Costa. **Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836**. Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso), v. 34, p. 593, 2017.

GUIDOTTI, Flávia Garcia; STROPASOLAS, Pedro Aguiar. **Filhos do barro: um olhar sobre o ofício da Olaria na pioneira São José - SC**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOBSBAWM, E., RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KNORST, Patricia Andréa Rauber. **Repensando alguns traços históricos de Santa Catarina**. Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 198-205, jul./dez. 2011.

LACERDA, E.P. **O Atlântico Açoriano: Contextos Globais e Locais da Açorianidade**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão, Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios).

LEMONJE, S. S. . **A construção da identidade catarinense: a tentativa de legitimação da cultura açoriana e da cultura alemã**. Revista Santa Catarina em História , v. 7, p. 130-148, 2013.

MAHFOUD, M. ; SCHMIDT, M. L. S. **Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência.** Psicologia USP, S. Paulo, 4(1/2), p. 285 - 298, 1993.

MATTOS, Fábio Yorran; SILVA, Robson Heizen da. **A imigração açoriana na Grande Florianópolis: Características e Desdobramento.** Trabalho de Conclusão de Curso, Florianópolis, 2012.

MENDES, Jeferson dos Santos. **Para defender é preciso fortificar: As defesas da ilha de Santa Catarina durante o século XVIII.** Fronteiras: Revista de História | Dourados, MS | v. 20 | n. 36 | p. 200-218 | Jul. / Dez. 2018.

PASSOS, Joana Célia dos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do; NOGUEIRA, João Carlos. **O patrimônio cultural afro-brasileiro: São José, um estudo de caso.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 195-214, jan./abr. 2016.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PONTES, Mylene da Silva. **Construindo visibilidades na cidade de São/José/SC: uma proposta de ensino de história e patrimônio cultural dos povos africanos e afrodescendentes.** 2018. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

PRADO, J. F. Jean-Baptiste Debret. **Brasiliana**, 1973.

RAMOS, Arthur. RAMOS, Luiza. **A Renda de Bilros e sua aculturação no Brasil.** Rio de Janeiro: Publicações de Etnografia e Etnologia, 1948.

SANTIAGO, Maycon Andrigo. **"Trajetória de Dona Alcina: lavadeira da Bica da Carioca de São José."** TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. História(2022).

SÃO JOSÉ (Município). Lei 5.314/2013, de 30 de julho de 2013. Institui o programa municipal de proteção e conservação do patrimônio imaterial ou intangível do município de São José. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/s/sao-jose/lei-ordinaria/2013/532/5314/lei-ordinaria-n-5314-2013-institui-o-programa-municipal-de-protecao-e-conservacao-do-patrimonio-imaterial-ou-intangivel-do-municipio-de-sao-jose?q=5.314>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

SÃO JOSÉ (Município). Lei 4429/2006, de 16 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural e natural do município, cria órgão competente e o fundo do patrimônio cultural e dá outras providências Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/s/sao-jose/lei-ordinaria/2006/442/4429/lei-ordinaria-n-4429-2006-revoga-a-lei-n-3752-01-e-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-cultural-e-natural-do-municipio-cria-orgao-competente-e-o-fundo-do-patrimonio-cultural-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

SÃO JOSÉ (Município). Lei 5151/2011, de 1 de janeiro de 2011. Institui o dia municipal do oleiro no município de São José. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/s/sao-jose/lei-ordinaria/2011/516/5151/lei-ordinaria-n-5151-2011-institui-o-dia-municipal-do-oleiro-no-municipio-de-sao-jose?q=5151>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

SÃO JOSÉ (Município). Decreto nº 18.694/2005, 23 de novembro de 2005. Dispõe sobre o tombamento da Bica da Carioca e tanques de lavagem de roupas e outras providências como patrimônio histórico, cultural e natural. Disponível em: [https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/Decretos\\_de\\_tombamento\\_dos\\_bens\\_hist%C3%B3ricos\\_do\\_munic%C3%ADpio.pdf](https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/Decretos_de_tombamento_dos_bens_hist%C3%B3ricos_do_munic%C3%ADpio.pdf). Acesso em: 29 de agosto de 2023.

SÃO JOSÉ (Município). Pontos Turísticos. **Bica da Carioca**. [2020]c. Disponível em: <https://saojose.sc.gov.br/bica-da-carioca/10683/>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

SCHURHAUS, Moacir. **São Pedro de Alcântara: primeira colônia alemã em Santa Catarina**. Revista Santa Catarina em História, v. 1 n. 2, 2007.

SILVA, Jaime José S. . A dança do Cacumbi: novo olhar sobre as festas afro-brasileiras e as vivências do pós-emancipação em Santa Catarina. In: **VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2013, Florianópolis**. Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2013.

SILVA, Janaína Amorim da. **O cotidiano das populações afrodescendentes de São José na primeira metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

SILVA, Tatiana Cristina da. **Centro histórico de São José (SC): patrimônio e memória urbana.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programas de Pós-Graduação em Geografia, 2006.

SIMÃO, Maristela dos Santos. **As irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII.** Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras. 2010.

SIMAS, Daniel. **Dinâmica socioespacial do município de São José/SC: uma abordagem geográfica.** Orientador: Dr. Nazareno José Campos, 2016. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SOUZA, Thiago de. **São José da Terra Firme ou Simplesmente São José.** 2ª ed. ampliada. Prefeitura Municipal de São José: 1992.

TORRES, Luiz Henrique. **A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63).** Biblos (Rio Grande), Rio Grande, v. 16, p. 177-190, 2004.

VICENTE, ANDRÉA. **Presença Indígena em São José da Terra Firme: Outras narrativas são possíveis no ensino de história.** Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2022.

### **Fontes Documentais**

*Carta de D. Afonso V de 2 de Julho de 1439. (Chancelaria de D. Affonso V, L. 19 f. 14, na Torre do Tombo).*

*Carta de Silva Paes à coroa portuguesa. 23 de Agosto de 1742.*

*Carta do Conselho Ultramarino Português ao Rei, em 1746.*

